

**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS**  
**REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2023**

- - Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, no Auditório Municipal de Arruda dos Vinhos, pelas eram vinte e uma horas e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos. -----

- - Presentes no início da reunião a Presidente da Assembleia Municipal, **Catarina Gertrudes Pulguinhas Gaspar**, o Primeiro Secretário, Jorge Paulo Carvalho Cunha e a Segunda Secretária, Sónia Cristina Ramalho Camilo-----

**Presenças:** -----

**Deputados Municipais** -----

- - José Augusto Ferreira Almeida-----
- - Paulo Miguel Santos Moniz-----
- - Firmo Carpinteiro Ferreira -----
- - Emília Maria Vale Rucha -----
- - Maria de Fátima Coelho Rabaçal de Paiva -----
- - Pedro Guilherme Nunes Fernandes -----
- - Micaela Sofia Martins dos Santos-----
- - Carla Maria Lopes Pantaleão do Norte-----
- - Sara Vanessa Carvalheira Ferreira Gligó -----
- - Rui Miguel Tomé Moreira -----
- - Raquel Núncio Fragoso Rodrigues de Carvalho -----
- - Maria do Carmo Machado Francisco-----
- - Maria João Sequeira -----
- - Bernardo Dinis Narciso-----
- - Quirino Manuel Perguiça Dionísio-----
- - Luís Manuel Gonçalves Rodrigues (por renúncia de António Reis)-----
- - Pedro Miguel Paulino Mateus – Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó -----
- - Ana Janeiro - Tesoureira em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Arruda dos Vinhos-----
- - Hélio António Zacarias Vicente – Presidente da Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos -----
- - Fábio Alexandre Santos Amorim – Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas ----

**Representantes da Câmara Municipal:** -----

- - O Presidente - André Filipe dos Santos Matos Rijo -----
- - O Vice-Presidente - Carlos Manuel Jorge Alves-----
- - A Vereadora - Sandra Isabel Rebeca Lourenço -----
- - A Vereadora - Rute Miriam Soares dos Santos -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- O Vereador - Paulo César da Silva Pinto -----  
 -- O Vereador - João Pedro Marquis Garcia Rodrigues-----  
 -- A sessão foi secretariada pela Coordenadora Técnica Ana Isabel Amorim Mendes ---

**Faltas:** -----

- Foi apresentada a justificação de falta, por parte do Depurado Luís Peixoto. -----

**INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ---**

- Cumprimentou todos os presentes.-----

**Informações de representatividade** -----

- Referiu que esteve presente no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em representação da Assembleia Municipal. -----

- Esteve presente no Conselho Geral da ANAM - Associação Nacional Assembleias Municipais que decorreu em Pinhel. -----

- Informou que no dia treze de outubro decorreu a Assembleia Municipal Sénior, e como sempre lamenta que quase nenhum deputado municipal tenha estado presente. Os séniores têm sempre muitas coisas para nos dizer e para nos ensinar. Sem dúvida que é uma atividade que dignifica este órgão municipal, e por isso gostaria muito que fosse possível que alguns deputados municipais conseguissem estar presentes nas atividades desta Assembleia. -----

- Durante o mês de novembro, decorreu o “Mês Irene Lisboa” e como sendo hoje o último dia de comemorações, a Assembleia Municipal não podia deixar de lembrar aquela que foi uma figura maior, que prestigia e que enobrece o Concelho de Arruda dos Vinhos.-----

**Ordem do Dia** -----

**INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ---**

- A Senhora Presidente solicitou a inclusão de três pontos extras na ordem de trabalho que carecem de urgência de deliberação, nos termos da lei, nomeadamente a atualização de tabelas taxas municipais, projeto da segunda alteração ao regulamento do PALA - Programa de Apoio Local ao Arrendamento, e por último a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia referente ao Regimento do Conselho Municipal de Saúde, onde é referido de qual é a sua composição. -----

- De seguida a Senhora Presidente colocou a votação a inclusão destes três pontos na ordem de trabalhos como pontos extra, tendo sido deliberado por unanimidade incluir os referidos pontos na ordem de trabalhos como pontos extra. -----

**PONTO N.º 1 – ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO** -----

- Presente a referida ata, para eventual aprovação. -----

- Foi deliberado, por maioria, aprovar a referida ata, com a abstenção dos Deputados Maria João Sequeira, Paulo Moniz e Cristina Santos, por não terem estado presentes na referida reunião. -----

**PONTO N.º 2 - PEDIDO DE RENÚNCIA DE MANDATO** -----

- - Presente e-mail do Deputado António Joaquim Henriques Reis a solicitar a renúncia de mandato a partir de oito de novembro. -----

- - A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, colocou, à consideração do plenário, o pedido de renúncia do Deputado Municipal António Joaquim Reis.-----

- - Não houve intervenções sobre este ponto. -----

**PONTO N.º 3 - TOMADA DE POSSE – LUÍS MANUEL GONÇALVES RODRIGUES**-----

- - A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu posse ao Deputado Luís Manuel Gonçalves Rodrigues. -----

**PONTO N.º 4 - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA MUNICIPAL** -----

- - Presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para apreciação e discussão.

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

- - Referiu que o documento foi devidamente disponibilizado em momento oportuno e por isso estará ao dispor dos colegas para alguma questão que queiram colocar. -----

**PONTO N.º 5 - DESIGNAÇÃO DE ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO** -----

- - Presente e-mail da Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização-----

**INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO** -----

- - Referiu que a bancada do PS gostaria de apresentar uma proposta de manutenção do mesmo elemento que já fez parte desta comissão e que é o Deputado Ricardo Talixa. ---

- - Não havendo a indicação, por parte das outras bancadas, e como é uma designação, foi deliberado por unanimidade designar o Deputado Ricardo Talixa para acompanhar o a Comissão do Orçamento Participativo. -----

**PONTO N.º 6 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA CPCJ -COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS**-----

- - Presente mail da CPCJ-----

**INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** ---

- - Não querendo ser moralista, referiu que estas situações estão a ser repetidas constantemente. A CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens não é uma comissão qualquer, embora todas elas tenham importância, a CPCJ é uma comissão que requer, dos elementos que a integram, bom-sensoe requer assiduidade.-----

- - Obviamente que, quando se falta por alguma situação ou por questões profissionais, a primeira coisa que se deve fazer é comunicar que não se pode estar presente e de seguida justificar a falta. -----

- - Esta situação já não é a primeira nem a segunda que acontece, já se vai na terceira vez, e há, de facto, aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem, porque a assembleia tem responsabilidade nesta nomeação, são pessoas nomeadas pela Assembleia Municipal. Na última reunião alargada, a CPCJ não pôde reunir porque não

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

havia quórum, porque houve uma pessoa que faltou e não comunicou que ia faltar, isso tem acontecido mais vezes. -----

- - Esta situação já aconteceu no passado, continua a acontecer, é preciso ser-se responsável, no mínimo o que se exige é que quando se falta deve-se comunicar que se vai faltar, é uma regra de boa educação, porque estamos a falar de crianças e jovens do município os mais fragilizados. Não estamos a falar de uma comissão qualquer, com o devido respeito por todas as outras, mas esta comissão é diferente, o próprio regulamento define que "... esta assembleia é responsável por quatro cidadãos eleitos, com especiais conhecimentos, capacidades, aptidões e sensibilidades por intervir na área de crianças e jovens em perigo ..." -----

- - Assim, quando se nomeiam quatro pessoas para fazerem parte desta comissão somos responsáveis pelas pessoas que estamos a indicar e não podemos deixar de acompanhar as pessoas que elegemos para nos representar. -----

- - Hoje vamos nomear, novamente, outra pessoa que vai, novamente, ter que se adaptar, integrar, perceber qual o seu papel na comissão, porque um dos elementos que foi nomeado por esta assembleia nem se quer se digna a informar que vai faltar, sequer justificar as faltas. -----

- - Referiu que nos últimos anos se tem tido em atenção a questão partidária através do método Hon't, que, no seu entender, é errado, porque entende que aqui não se devia aplicar. Entende que se devem indicar cidadãos competentes, assim solicita que as bancadas possam indicar nomee e que de seguida se faça uma eleição por voto secreto com esses nomes. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERNARDO NARCISO -----

- - Referiu que o PSD tem o nome da cidadã Sónia Luís, ela pertence à Associação de Pais de Arranhó, por isso entendem que é uma pessoa que está a habilitada e que sabe lidar com estes problemas de crianças, até já fez parte da CPCJ em outros mandatos. ----

- - Há uma coisa que não pode deixar de referir, pensa que é lamentável aquilo que a Senhora Presidente disse, porque tem que se explicar as coisas como são. -----

- - "Creio que está a falar da Patrícia Bernardo e, a Patrícia por diversas vezes disse que não podia, aliás na altura ela informou a Dr. Hélia que queria sair e a partir dessa altura dever-se-ia ter seguido os trâmites normais para a sua substituição, o que não sucedeu. Acho que falta explicar isso, porque não haver justificação, não é bem assim, não é de todo verdade porque ela justificou que precisava de sair por compromissos pessoais, porque a vida de todos muda, a nossa vida não é estática e ela, por compromissos profissionais, teve que deixar a CPCJ."-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JORGE DA CUNHA -----

- - "Eu faço parte da CPCJ há vinte e dois anos, e por isso gostaria de dizer algumas palavras sobre esta questão."-----

- - Integrar uma comissão da CPCJ não é o mesmo que integrar uma outra qualquer comissão, todas elas têm a sua importância obviamente, mas integrar uma Comissão de

Proteção de Crianças e Jovens tem uma importância extrema, porque está-se a lidar com crianças e famílias com fragilidades profundas. -----

- - Não é por acaso que nas CPCJ estão integradas grande parte das instituições que lidam com crianças e jovens. -----

- - Na sua experiência nestes últimos anos em que tem pertencido, quase sempre na modalidade restrita e, por inerência, a modalidade restrita surge a modalidade alargada, e é muito estranho a CPCJ deparar-se com os elementos que fazem parte da Assembleia Municipal que deviam ter uma outra responsabilidade, porque a Assembleia Municipal é constituída por deputados que foram eleitos pelo povo, e que faltam constantemente. -

- - Como disse a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, já houve algumas reuniões da Comissão Alargada da CPCJ que não puderam acontecer, porque as pessoas faltam e nem sequer justificam ou avisam que vão faltar, considera esse facto uma falta de respeito, porque as outras pessoas que estão lá estão a trabalhar, uma parte dessas pessoas são designadas pelas várias instituições e outras e há pessoas que lá estão e que simplesmente dão o seu tempo à CPCJ. -----

- - Acrescentou que as reuniões das modalidades alargadas são descentralizadas, ou seja, cada mês é feita num determinado sítio. A penúltima reunião foi feita em Arranhó, todos os elementos se deslocaram a Arranhó, inclusivamente uma pessoa que vem de Torres Vedras a representar uma instituição, mas a reunião não se pôde realizar porque não havia quórum, porque a Presidente da CPCJ contou com as pessoas que justificaram a sua ausência, havendo assim, gente suficiente para se fazer a reunião, mas quando lá se chegou faltava um dos elementos que tinham sido designados pela Assembleia Municipal e a reunião não se pôde realizar por falta de quórum. -----

INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL---

- - Respondendo ao Deputado Bernardo Narciso, e aproveitando para fazer um bocadinho de literacia em relação à CPCJ, referiu que quando o Deputado diz que é lamentável, de facto é lamentável, ou seja, “não é lamentável o que eu disse na minha intervenção, é lamentável é o que está a dizer, é lamentável, porque o elemento que foi designado, não tinha que pedir à Dra. Hélia a renúncia, porque era um elemento designado pela Assembleia Municipal e é à Assembleia Municipal que tinha que solicitar a renúncia, não era à Dra. Hélia. A Dra. Hélia não tem legitimidade para proceder processo de substituição, ou seja, o elemento que foi designado tinha que enviar um e-mail à Assembleia Municipal a dizer que não podia continuar a fazer parte da CPCJ, tal como fez o Francisco Sales. -----

- - O que é lamentável, Senhor Deputado, é que as pessoas que são nomeadas para fazerem parte de uma comissão não sabem como é que as coisas se fazem, porque se a Senhora Patrícia tivesse dito à Assembleia Municipal que não podia continuar na CPCJ, o processo tinha sido tratado, mas como ela não o fez a Assembleia Municipal não pôde tratar da sua substituição. -----

- - O Senhor Deputado diz que ela justificou a suas faltas, mas a informação que tem por parte da atual Presidente da CPCJ, em quem acredita piamente, é que aquele elemento nunca justificou uma falta. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO -----

- - Correspondendo ao apelo e ouvindo as explicações da Senhora Presidente, relativamente à importância e à responsabilidade dessa função, o Grupo Parlamentar do PS tem para apresentar o nome da cidadã Cecília Moleiro. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERNARDO NARCISO -----

- - “Se calhar, não me fiz explicar bem. Percebo tudo o que foi dito pela Senhora Presidente, mas as pessoas, no seu dia a dia, não têm que ser conhecedoras de tudo e mais alguma coisa e, aquilo que eu referi foi que a Patrícia apresentou à Dra. Hélia a justificação para não poder estar presente na CPCJ e achou que a questão seria resolvida. -----

- - Percebo tudo o que disse sobre o processo, mas não estava na Assembleia quando se nomeou a Patrícia, mas acho que se a Patrícia avisou a Dra. Hélia, a Dra. Hélia que conhece melhor o funcionamento desta instituição, poderia também ter alertado para a questão.” -----

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

- - “O Senhor Deputado é jurista, e por isso sabe que o desconhecimento da lei não justifica o seu incumprimento” -----

**Deliberação**-----

- - Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação através do voto secreto. -----

- - Após a votação, a proposta da bancada do PS teve dezassete votos e a proposta da bancada do PSD teve sete votos.-----

- - Assim foi deliberado por maioria, designar a cidadã Cecília Moleiro, como representante da Assembleia Municipal na CPCJ. -----

**PONTO N.º 7 - PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS E JORGE MANUEL RODRIGUES DE CARVALHO - CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA A CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA** -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 de novembro.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve apresentação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade: -----

- - a) Aprovar a afetação da área cedida para o domínio público viário do Município de Arruda dos Vinhos, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

- - b) Aprovar nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a redução do valor das taxas urbanísticas referentes à operação urbanística, objeto do pedido de informação prévia n.º 1/2023, até ao montante

de € 58.513,00 (cinquenta e oito mil quinhentos e treze euros) de acordo com a avaliação da parcela de terreno a desanexar.-----

- - Nos termos do n.º 6 do art.º 55.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do art.º 31.º e com o art.º 69.º do C.P.A., A Deputada Raquel Carvalho alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, ser familiar do requerente.

**PONTO N.º 8 - APROVAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA PERMUTA DE PRÉDIO URBANO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO HABITACIONAL**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 de novembro -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve apresentação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o procedimento de hasta pública para permuta de prédio urbano destinado à construção de edifício habitacional.-----

**PONTO N.º 9 - REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 16 de outubro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve apresentação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o Regimento do Conselho Municipal de Saúde. -----

**PONTO N.º 10 - PROJETO DE REGULAMENTO PARA EVENTOS COM ANIMAIS**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 02 de outubro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve apresentação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o Regulamento para Eventos com Animais. -----

**PONTO N.º 11 - CRIAÇÃO DE EQUIPA DE TRABALHO PARA O ESTUDO, PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL: SECULARES FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DA SALVAÇÃO DE ARRUDA DOS VINHOS**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 13 de novembro -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Ponto diz respeito a uma proposta para criação de uma equipa multidisciplinar para o estudo da promoção e divulgação do Património Cultural Imaterial, relativamente à questão das festas em Honra de Nossa Senhora da Salvação, que são as festas do concelho. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - O município, no passado, tinha lançado uma candidatura, junto da Direção-Geral do Património Cultural, especificamente sobre a questão das Tertúlias Móveis. Essa candidatura teve uma evolução naquilo que é o trabalho com a Direção-Geral do Património Cultural e entendeu-se que seria mais robusto para a candidatura, que ela pudesse abarcar também outras realidades como a questão religiosa das festas. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO LUIS RODRIGUES -----

- - Referiu que concorda plenamente com a criação desta equipa de trabalho reforçado e espera que não tenha o mesmo feito e o mesmo destino que teve a outra comissão que se criou para a Tertúlias para Património Imaterial, na qual teve a oportunidade de participar, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara e mais alguns vereadores, inclusivamente foram feitas camisolas que circularam por Arruda, até parecia que o Património Imaterial dessa Tertúlias já estava conseguido. -----

- - O Senhor Presidente acabou de dizer que essa proposta seguiu o seu percurso e, tanto quanto é dado conhecer, e já passaram uns anos largos, deve ter sido zero, e sob pena de não ter sido de zero, gostaria que lhe dessem explicações de qual foi o destino dessa candidatura. -----

- - Se esta nova candidatura abranger as Festas de Nossa Senhora da Salvação é bem-vinda, acaba por de alguma forma, tentar remediar o inêxito que a primeira candidatura teve. -----

- - Se esta candidatura prosseguir o seu caminho e alcançar o êxito que todos os arrudense desejam, porque entende que quando se está a falar do património imaterial, quer cultural, quer um outro património, não deve haver partidos políticos para defender isso “todos devemos defender, porque é um polo para sucesso da nossa terra” e nessa perspetiva o executivo pode contar com todos os membros do PSD para ajudar naquilo que for possível.”-----

- - Referiu que queria deixar uma nota que cinco ou seis anos volvidos a candidatura para as Tertúlias não alcançou o resultado pretendido, mas faz votos que esta nova candidatura alcance o êxito, pois será o êxito não só que estão aqui hoje, mas sim de todos os arrudenses. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Agradeceu a intervenção do Senhor Deputado, e efetivamente a candidatura da Tertúlias Móveis, tal como foi preconizada, não teve o resultado que desejava. -----

- - Na altura iniciou-se os estudos preparatórios dessa candidatura com uma deslocação ao município do Sabugal porque era o município que mais se aproximava com aquilo que era pretendido, porque tinham a inventariação de uma questão que é a “Capeia Raiana”, e que levou a acreditar que a candidatura iria ter sucesso. -----

- - A candidatura das Tertúlias Móveis, a seu ver, pecou no aspeto da tradição não ser muito ancestral, ou seja, é um fenómeno que tem evidência em Arruda dos Vinhos só há trinta anos, por isso, não é comparável com aquilo que acontece com a “Capeia Raiana”.

- - No entanto, na ótica do município, é que estas tradições sejam salvaguardadas, que o município tenha uma vertente tauromaquia bem presente, e esse caminho tem sido feito, não obstante de cada vez mais assistir-se a fenómenos contrários à afirmação dessa cultura identitária, no entanto, na candidatura o executivo foi, de alguma forma, induzido a ser mais abrangente no aspeto relacionado com a Festa em Honra de Nossa Senhora da Salvação, até porque, como se sabe a festa em Honra de Nossa Senhora da Salvação tem uma raiz muito profunda, segundo a tradição oral arrudense, relacionada com um episódio histórico que se verificou no século dezasseis, com a deslocação do então Rei Dom Manuel Primeiro e a sua corte mais próxima, para o município de Arruda para fugir a peste negra que havia em Lisboa, e isso do ponto de vista histórico-cultural pareceu que teria muito mais interesse e a própria Direção-Geral do Património Cultural, evidencia também essa matéria. -----

- - Obviamente que as Tertúlias Móveis terão um papel muito importante na festa e no rejuvenescimento que a festa tem tido ao longo dos últimos anos, por isso mesmo têm sido feitas várias edições das revistas das Tertúlias Móveis e têm-se continuado a publicar bastante informação sobre essa matéria e isso também serve para, de alguma forma robustecer a candidatura e permitir que, na análise que a Direção-Geral do Património Cultural, haja essa inventariação de forma a demonstrar que esta componente tauromáquica está bem presente com o movimento das Tertúlias, daí o facto de se ter colocado na composição desta comissão a Catarina Bexiga, para a vertente tauromáquica não ser desprezada nem esquecida na candidatura. -----

- - O que agora se vai fazer, é olhar para esta candidatura de uma forma mais abrangente, mas as tertúlias não deixam de estar na candidatura, vão ser objeto de inventariação, constam de todos os instrumentos de candidatura, o que se teve que fazer foi alargar um pouco mais o espectro da candidatura e falar de outros fenómenos, nomeadamente o religioso que também é muito importante no âmbito da festa em Honra de Nossa Senhora da Salvação, aliás, essa é a base da festa do concelho. -----

#### **Deliberação**-----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a criação da equipa de trabalho para o Estudo, Promoção e Divulgação do Património Cultural Imaterial: Seculares Festas em Honra de Nossa Senhora da Salvação de Arruda dos Vinhos.-----

- - Nos termos do n.º 6 do art.º 55.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do art.º 31.º e com o art.º 69.º do C.P.A., o Deputado Jorge da Cunha alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, por fazer parte da referida equipa de trabalho.-----

**PONTO N.º 12 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENE E LIMPEZA EM DIVERSOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS**-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 30 de outubro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a deliberação, tendo sido deliberado, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais para a prestação de serviços de Higiene e Limpeza em diversos Edifícios Municipais do Concelho de Arruda dos Vinhos no valor de 160 368,63 euros. -----

**PONTO 13 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 de novembro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a deliberação, tendo sido deliberado, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais para aquisição de gasóleo rodoviário, no valor de 320 000,00 euros. -----

**PONTO N.º 14 - INVESTIMENTOS A REALIZAR NO ÂMBITO DO EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO ATÉ AO MONTANTE DE €2.600.000,00 – DISCUSSÃO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 2 DO ARTIGO 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 13 de novembro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que este assunto já tinha sido deliberado em assembleias anteriores, neste momento, o processo está em visto prévio do Tribunal de Contas para a emissão de vistos. -----

- - O Tribunal de Contas veio exigir que, devido a ser um montante acima dos dez por cento da despesa de investimento, haja uma deliberação autónoma e específica. -----

- - Na proposta inicial do empréstimo foram colocados os planos de investimentos, como anexo à proposta, na altura entendeu-se que seria suficiente, no entanto, o Tribunal de Contas vem solicitar que haja uma deliberação específica sobre o plano de investimentos a financiar com recurso a empréstimo, daí estar-se a trazer este assunto novamente, ou seja, não houve alterações, só se colocou o mapa de investimentos nesta proposta, o mapa é o mesmo que já tinha vindo à Assembleia Municipal. -----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA MICAELA SANTOS -----

- - Referiu que o PSD sempre se mostrou contra a contratação do empréstimo de dois milhões e seiscentos mil euros, não pela contratação em si, mas pelas circunstâncias em que este empréstimo está a ser contraído. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Atualmente a questão tem outra dimensão devido à atual situação e a crise política que se vive. Assim, voltam a afirmar que consideram que não seja o momento oportuno para tomar uma diligência deste nível. -----

- - Por outro lado, o PSD esteve reunido com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e constataram que a criação de um quartel de bombeiros em Arranhó não é exequível, pois não existem meios humanos e operacionais para que o mesmo passe a funcionar. -----

- - Para além disso, o PSD apresentou em sede de orçamento municipal para dois mil e vinte e quatro, uma proposta que lhes parece mais razoável, que será a de atribuir a mesma verba à Associação Humanitária dos Bombeiros de Arruda, para a aquisição de um carro de combate a incêndios e de três ambulâncias. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRANHÓ -----

- - Referiu que não podia deixar de reforçar o que já tinha sido falado na Assembleia Municipal anterior onde o assunto do empréstimo tinha sido discutido e salientar que todas estas propostas são, na sua ótica, essenciais para a vida no município, tais como a beneficiação e conservação de vias municipais; a secção descentralizada de bombeiros em Arranhó; a manutenção e prolongamento da rede concelhia de saneamento; ações para reparação de danos provocados pelas intempéries de dois mil e vinte e dois. -----

- - Naturalmente que os tempos mudam e, pelas conversas que foi tendo, na altura, com alguns elementos de bancadas opostas e com o executivo, todos eram da opinião que no início do mandato dever-se-ia logo tentar-se resolver as situações dos problemas dos municípios, por isso acha estranho os votos contra, a não ser que os problemas dos municípios deixassem de ser realmente importantes, como é o caso das vias municipais.-

- - “Em relação à secção descentralizada dos bombeiros, peço imensa desculpa, estou aqui enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Arranhó, porque foi dessa forma que fui eleito e acredito que também o meu colega Presidente de Junta de S. Tiago dos Velhos, concorde comigo, porque se calhar, em vez de perguntarem aos bombeiros se perguntem antes aos habitantes da Tesoureira, de Alcobela se querem ou não essa secção descentralizada, porque são esses que realmente sofrem com essa realidade. -----

- - Se nos dias de hoje existem bombeiros para colocação nessa secção, naturalmente que ainda não, mas também o quartel ainda não está feito, mas acredito que na altura que for preciso os meios humanos irão aparecer.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO -----

- - Depois de ouvir a intervenção por parte do grupo parlamentar do PSD, apeteceu-lhe cantar “ó tempo volta trás”, porque o que hoje se está aqui a discutir, se bem que entendeu, é um assunto que foi uma exigência do Tribunal de Contas, que saiba já não se está a discutir a situação do empréstimo. -----

- - As coisas discutem-se nos timings certos e nos tempos certos. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Por uma questão de disciplina e por uma questão de ordem, pensa que tem que se discutir os pontos que estão contemplados na ordem de trabalhos. -----

- - Referiu que agora está a arranjar-se uma luta com os bombeiros voluntários. Compreende essa preocupação. “Vamos lá não fazer a secção dos bombeiros em Arranhó e querem antes mais viaturas. De facto, os tempos atuais proporcionam esta situações, mas há uma coisa que eu quero dizer, é que quem tem vindo a reforçar substancialmente o apoio aos bombeiros tem sido este executivo, se têm dúvidas então vão ver os orçamentos e as verbas que têm sido doadas os bombeiros ao longo destes últimos anos.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERNARDO NARCISO-----

- - Gostaria de esclarecer duas questões. Primeiro não é uma questão de discordância que está aqui a falar, mas uma coisa que se tem tentado vender de forma errada, ou seja, o PSD não é contra a secção descentralizada, mas é a favor que as coisas sejam feitas com conta peso e medida, por isso tem que se ter sempre duas coisas em consideração, que é analisar as circunstâncias e ver se existe capacidade, ou não, porque ninguém o convence por futurologia, ou seja, por existir um edifício erguido, não quer dizer que vão aparecer dez bombeiros para irem para lá. As populações podem ter essa necessidade, mas também não sabe porque nunca ninguém bateu à porta da sua casa para lhe perguntarem se era necessário. As populações terão as suas necessidades, mas necessidades têm que ser respondidas de acordo com as respostas que existem e não se pode criar dois problemas, porque os bombeiros em Arruda têm um problema e vai-se adicionar esse problema a um outro quartel que, depois não vai haver capacidade de suprir as suas necessidades.-----

- - Portanto, isto não é uma questão de concordância, porque todos concordamos com o melhor para a nossa terra, mas temos que saber quais é que são as condições, e isto é discutir o ponto, porque, efetivamente são estes investimentos que estão em cima da mesa. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Diria que a intervenção do Deputado José Augusto, no fundo espelha o que está aqui em causa, ou seja, o que se está a fazer é autonomizar a discussão de um ponto que é o plano de investimentos do empréstimo que o Tribunal de Contas exige que se faça, outra coisa é fazer uma discussão autónoma e específica sobre este plano de investimento.-----

- - Naturalmente que em tese, quando um assunto vem à Assembleia Municipal os Senhores Deputados têm sempre o poder de alterar uma deliberação na própria Assembleia Municipal, mas isso configuraria uma alteração às circunstâncias que levaram à decisão de contratar o empréstimo, e para si isso seria uma violação de uma deliberação anterior. -----

- - Não obstante desta questão mais jurídica, diria que o plano de investimentos vai beber sobretudo a duas questões fundamentais, uma é o Documento Estratégico 2025

em que este investimento estava previsto e fica feliz por, pelo menos agora, já se perceber que o município não navega à vista, ou seja, há um plano de ação e até tem, pasme-se, a vontade de executar esse plano de ação. -----

- - Mais do que isso, de facto não se andou a perguntar porta-a-porta se as pessoas queriam a secção descentralizadas, mas de todo modo, foi claramente colocado no programa eleitoral do PS que, curiosamente, se bem se recorda até foi o mais sufragado, proporcionalmente falando na freguesia de Arranhó, e por isso, parece-lhe que há uma adesão das pessoas da freguesia de Arranhó a este projeto, pelo menos ficou assim demonstrado nas urnas no passado ato eleitoral em dois mil e vinte e um, e interpretando essa vontade expressa democraticamente deve-se executar este projeto. --

- - Não sabe qual é a questão de, neste momento, não defenderem secção descentralizada dos bombeiros, de todo o modo aquilo que pode testemunhar, é que este assunto, já passou por duas direções lideradas por duas pessoas perfeitamente distintas na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e, quer o Presidente anterior Armando Marques, quer o Presidente atual Rui Silva, deram apoio público a este projeto, primeiramente através da assinatura de um protocolo com o município, o segundo esteve presente nas sessões públicas de apresentação do projeto que decorreram nas freguesias de Arranhó e em S. Tiago dos Velhos e em nenhum momento foi dito que esta secção dos bombeiros não era importante para o território. ---

- - Obviamente que há consciência que as limitações em termos de recursos humanos existem, mas também já foi dito que o município de Arruda já tem contratualizado com Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil uma equipa de intervenção permanente para o quartel de bombeiros de Arruda e, o que está previsto, se assim for o entendimento das partes, é que o município se candidate à constituição de mais uma equipa de intervenção permanente para a secção descentralizada dos bombeiros, tudo o resto é uma questão de gestão de recursos quer humanos quer materiais que, até hoje, oficialmente, nunca ninguém na associação humanitária dos bombeiros veio dizer que não era viável. Esta é a informação que pode partilhar. -----

#### **Deliberação**-----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido deliberado, por maioria, com cinco votos contra da bancada do PSD e uma abstenção da bancada do CDS e uma abstenção da Deputada Independente, autorizar a execução dos projetos, que constam na proposta, com recurso ao empréstimo contratado até ao montante de 2 600 000,00 euros. -----

#### **Declaração de voto do PSD**-----

- - O PSD Arruda dos Vinhos apresentou no devido tempo argumentos razoáveis para ser contra a contração do empréstimo cifrado no valor de 2.6 milhões de euros, aliás fê-lo na passada Assembleia Municipal de 28 de setembro. Se as razões de instabilidade eram mais do que suficientes, a juntar a tudo isto, juntou-se uma crise política, casos de possível corrupção, um ministro constituído arguido e um primeiro-ministro

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

demissionário, são motivos mais que suficientes para voltar atrás, pelo menos na nossa ótica. -----

- - Contudo, a maioria absoluta que atualmente governa os destinos do município não está de acordo, e decidiu avançar com a contração deste empréstimo. O PSD vota contra este ponto, pois considera que alguns dos investimentos aqui previstos não assentam em fatores razoáveis para a sua concretização, como é o caso da construção de uma Secção Descentralizada de Bombeiros em Arranhó, uma vez que a Direção e o Comando da Associação Humanitária de Bombeiros de Arruda dos Vinhos nos transmitiram a incapacidade de assegurar os meios necessários para o seu funcionamento. Tal como demonstrado na apresentação de propostas para o Orçamento Municipal de 2024, o PSD considera que este investimento seria melhor alocado no fortalecimento do quartel já existente, dando assim uma preciosa ajuda a Associação Humanitária de Bombeiros de Arruda dos Vinhos, adquirindo um carro de combate a incêndios e duas ambulâncias para transporte de emergência. -----

**PONTO N.º 15 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO DE 2024, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 500.000,00 EUROS**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 novembro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, autorizar a execução Contratação de empréstimo de curto prazo durante o ano de 2024, até ao montante máximo de 500.000,00 euros. -----

**PONTO N.º 16 - 5.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 5.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) PARA 2023**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 de novembro -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO-----

- - Começou por referir que em assembleias anteriores quando se discutia alterações orçamentais todos deveriam ter a preocupação se essas alterações eram virtuosas, ou não, porque se está a tirar dinheiro de uma rubrica para colocar noutra, há que haver o cuidado de analisar se é, ou não, positivo estar a tirar dinheiro de um lado para o outro. -

- - Esta quinta alteração que é apresentada hoje, tem uma particularidade, ou seja, felizmente o executivo conseguiu-o através do contrato-programa, uma determinada verba para reforçar rubricas do orçamento, e não se trata de estar a sub-orçamentar uma rubrica em favor de outra, trata-se efetivamente de inscrever uma receita adicional, para depois reforçar investimentos que estão contemplados em termos de obras. -----

- - Assim, pensa que estão reunidas as condições e que está retirada a preocupação, a não ser que haja entendimentos diferentes, e pensa que desta vez, salvo alguma surpresa, vai-se ter uma votação favorável quase por unanimidade. -----

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRANHÓ** -----

- - Reforçando as palavras do Deputado José Augusto, referiu que a realidade é que no passado ano de dois mil e vinte e dois, devido às intempéries, todos têm a perfeita noção do que se passou por todo o município e ainda bem que se conseguiu ter algum apoio para conseguir combater essas fragilidades. -----

- - Também está confiante, tal como o Deputado José Augusto, porque com as obras que devem de ser feitas, e esta revisão faz todo o sentido ser aprovada.-----

- - “Acho que já chega de nos escudarmo-nos de que não é o nosso orçamento, acho que não é o correto, foram todos eleitos para dar uma opinião e defender os munícipes. Se acham que a proposta defende os munícipes, tudo bem, se não acham, não deixa de ser uma opinião, e acho que é aceitável qualquer que seja.”-----

**Deliberação** -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado por maioria, com a abstenção de cinco votos da bancada do PSD, aprovar a 5.ª revisão ao Orçamento e 5.ª revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) para 2023. -----

**PONTO 17 - INFORMAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO E DOCUMENTOS DE GESTÃO RELATIVOS AO 1.º SEMESTRE DE 2023** -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 novembro. -----

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, maioria, com a abstenção da bancada do PSD, aprovar a informação do auditor externo e documentos de gestão relativos ao 1.º semestre de 2023. -----

**PONTO N.º 18 - PACOTE FISCAL PARA 2024 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, DERRAMA, IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES E TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM** -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 novembro. -----

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE** -----

- - Referiu que este é o ponto muito relevante, até porque está-se a falar da tributação sobre os sujeitos passivos com sede no concelho ou detentores de imóveis localizados no concelho. -----

- - No caso em concreto, este pacote fiscal para dois mil e vinte e quatro, resulta numa proposta do executivo tendente, mais uma vez, a reduzir a carga fiscal aplicável aos munícipes. No caso concreto, está-se a falar de uma redução dos impostos diretos, seja

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

sobre o IRS - Rendimento das Pessoas Singulares seja na tributação do IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis. -----

- - O que está aqui em causa é uma redução globalmente considerada de três vírgula um por cento na carga fiscal aplicável, ou seja, três vírgula oito por cento em sede de IRS e a aplicação de uma taxa de zero vírgula trezentos e setenta por cento de aplicação do IMI.-----

- - Obviamente que se mantém tudo aquilo que são as questões relacionadas com a composição do agregado familiar em termos de IMI, ou seja, a deduções do imposto aplicáveis em função do número de dependentes dos agregados familiares e também no que diz respeito ao IMI social; na derrama continua-se a isentar o pagamento das micro / pequenas e médias empresas com volume de faturação abaixo dos cento e cinquenta mil euros anuais e também continua-se a isentar aquilo que são as taxas municipais de direitos de passagem, de modo a que os operadores não repercutam nos consumidores finais esse custo.-----

- - Esta proposta está alinhada também com os objetivos que estão previstos no Documento Estratégico Arruda 2025, onde está previsto, como objetivo estratégico, a existir uma redução gradual, sustentada e sustentável da carga fiscal de modo a que estas reduções sejam, de facto, conquistas para o povo de Arruda e que não haja aqui tentação, no futuro, de haver ajustamento em função daquilo que são as estruturas das receitas municipais conjuntamente consideradas.-----

- - Nessa medida, pode-se considerar que este é o pacote fiscal em que se conseguiu ir mais longe, são as taxas mais baixas de sempre. Se se fizer o exercício de sempre, ou seja, se por contraposição, se neste pacote fiscal fossem apresentadas as taxas máximas que a lei permite cobrar, o município estaria a cobrar aos concidadãos e munícipes, cerca de novecentos e vinte mil euros, o que significa que são novecentos e vinte mil euros que o município, por opção política, está a injetar na economia local. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERNARDO NARCISO. -----

- - Depois de ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara e de ter visto a reunião de câmara onde o tema foi tratado, referiu que o assunto já foi amplamente discutido, referiu ainda que, a votação que o PSD terá no pacote fiscal respeitará aquela que haver no orçamento. -----

- - “Os senhores vereadores, puseram bem a nossa posição, portanto, nós consideramos que é importante ter em conta o impacto que o pacote fiscal tem na sociedade de Arruda, porque entendemos que, como o Senhor Presidente explicou, o pacote fiscal é a forma que o município tem de impactar na vida das pessoas de Arruda e também nas suas empresas. -----

- - O PSD vai abster-se neste ponto, contudo, não posso deixar de dizer que atendendo, ao facto que o orçamento é feito com base numa previsão de receitas e que este será o maior orçamento de sempre, estamos a falar de mais ou menos dezanove milhões de

euros, poderíamos provavelmente estar a discutir um pouco mais a nível do pacote fiscal, mas enfim, como lhe disse o nosso voto respeitará o voto orçamental.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES -----

- - À semelhança daquilo que fez nos últimos dois anos, gostaria de fazer uma análise comparativa daquilo que será o pacote fiscal em dois mil e vinte e quatro apresentado nos concelhos vizinhos e comparar com aquilo que é o pacote fiscal de Arruda dos Vinhos. -----

- - Não vale muito a pena olhar só para Arruda, é preciso olhar em volta e ver qual o município que ajuda mais as famílias, qual o município que promove mais o rendimento líquido das famílias e das empresas. -----

- - Parece-lhe um pouco caricato, e não quer entrar aqui em trocas com a oposição, admitir que este este pacote fiscal tem quase um milhão de euros de impacto nas famílias e nas empresas arrudenses e absterem-se na votação. -----

- - “Se a nossa ideologia, fosse de um Estado protetor e abrangente, far-se-ia mal, mas tendo em conta que a oposição tem uma índole mais de Estado menos presente e que não intervém supostamente na vida das famílias ao não subcarregar as mesmas, seria de supor que quer aqui nesta assembleia quer na Assembleia da República quando se falasse do PS descer impostos se votasse a favor e não se absterem. Isto é um comentário pessoal que não envolve a minha bancada.” -----

- - Em relação ao pacote fiscal dos outros municípios, destacou que Arruda no que diz respeito ao IMI está dentro da média e dentro da tendência, ou seja, Arruda tem praticamente as mesmas taxas que todos os outros municípios e, por comparação com o município de Mafra, que é o único município vizinho, com uma cor política mais à direita, Arruda está notoriamente abaixo. -----

- - No que diz respeito à derrama, e aos incentivos ao tecido empresarial, obviamente que Arruda também aparece bem colocada, com uma derrama de um vírgula cinco por cento para os sujeitos passivos com um volume de negócios superior a cento e cinquenta mil euros e uma isenção para que eles têm um volume de negócios igual ou inferior a cento e cinquenta mil euros, portanto, acaba por ser bastante abrangente e vemos, isso consegue-se ver, Arruda ao estudar os relatórios do tecido empresarial arrudense, consegue-se ver que nos últimos anos tem estado a crescer, quer ao nível de trabalhadores, quer a nível de um aumento de empresas quer a nível de negócios, e isso tem tudo a ver com o pacote fiscal, porque as empresas vão à procura dos municípios que oferecem melhores condições, tal com as famílias e é por isso que se tem mais famílias em Arruda. -----

- - Por sua vez também no IRS, em comparação com os municípios vizinhos, Arruda tem a taxa mais baixa de três vírgula oito por cento, e pensa que é importante verificar-se que em dois mil e treze era aplicada a taxa máxima de cinco por cento e mesmo assim o município acabou endividado, isto é incrível, neste momento existe uma dívida mais baixa que há dez anos, tem-se os impostos mais baixos que há dez anos e têm-se

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

mais famílias e melhor tecido empresarial, ou seja, foram dez anos de grande progresso e isso verifica-se nos números.-----

- - No que diz respeito à taxa municipal de direitos de passagem o município não faz qualquer tipo de cobrança, o município de Maфра tem uma taxa de zero virgula vinte e cinco por cento.-----

- - Arruda acaba por ter o IRS mais baixo, o IMI dentro da média, derrama está dentro daquilo que é que é aplicado nos outros municípios, mas acaba-se por ter uma isenção para as empresas que criam e mantenham, pelo menos, três postos de trabalho que está bastante acessível, e não se cobra a taxa municipal de direitos de passagem e como tal a bancada do Partido Socialista vai votar a favor desta proposta.-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS RODRIGUES-----

- -“Relativamente a este ponto, só vai falar por causa desta última intervenção do Deputado do Partido Socialista, porque, de facto, é mais jovem do que eu e merece que seja esclarecido em alguns aspetos. -----

- - Arruda é o que é hoje fruto de alguns eventos que aconteceram na nossa terra, e há um que é fundamental que é a A10, se não fosse a A10 e se não fosse o Externato João Alberto Faria, nós não tínhamos em Arruda dos Vinhos, a população que existe. -----

- - Depois, juntamente com isso, temos uma outra coisa de que todos nós nos devemos orgulhar, somos um concelho seguro e isso deve-se também a todos nós que aqui vivemos e às famílias que cá estão e isso atrai pessoas, mas há uma coisa que o Senhor Deputado acabou por não dizer, e isso é que era importante saber, ou seja, quantas empresas é que vieram para o nosso Concelho em resultado dos pacotes fiscais aplicados por este executivo? Se o senhor me soube dizer, então dir-lhe-ei que tem razão, mas o senhor não deve saber dizer isso porque não há dados, e é precisamente por isso que é importante nós pormos o assunto com elevação e dizer que Arruda é o que é, mas que não tem mais ou menos empresas em função do pacote fiscal que se aplica. O que todos nós sabemos é que as vias rodoviárias são um fator de dinamização de um concelho, e a A10 trouxe desenvolvimento e permitiu que se saísse do marasmo em que se vivia, e Arruda dos Vinhos será muito mais desenvolvida, e oxalá consigamos que isso um dia aconteça, quando as duas freguesias, S, Tiago dos Velhos e Arranhó, forem servidas por um acesso à A10 ou à A9, no chamado Cabeço da Rosa, quando isso acontecer, temos um concelho desenvolvido na sua plenitude e com muito mais riqueza e, como todos nós que estamos aqui queremos, um concelho mais rico, com mais empresas e com mais desenvolvimento. Ficaríamos todos mais satisfeitos se isso acontecesse. Se for o PS eu também estarei na linha da frente a dizer, ainda bem que o Partido Socialista trouxe para Arruda dos Vinhos, a ligação ao Cabeço da Rosa, assim como direi, se fosse o Partido Comunista ou outro partido qualquer, eu quero é desenvolvimento para meu concelho e o desenvolvimento do meu concelho faz-se com execução de obras que são fundamentais que são as tais infraestruturas, e como acredita que o Senhor Presidente da Câmara terá outras funções, sejam elas quais forem porque

tem capacidades para isso, e se conseguir trazer esse desenvolvimento para Arruda terá da minha parte um agradecimento por o ter conseguido fazer.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO FERNANDES -----

- - Referiu que até trabalha bastante naquilo que é a análise da conjuntura económica das empresas portuguesas e esses dados não serão possíveis, mas também poderia fazer o desafio inverso, ou seja, “se me disser quantas empresas é que não vieram para Arruda devido ao nosso pacote fiscal, ou devido a algum problema do município, poderá apresentar, de forma a se saber se estamos a contribuir mais ou a contribuir menos.” ----

- - Sobre os investimentos, o Deputado tem toda a razão, porque Arruda dos Vinhos é o que é devido à sua história, não se está aqui a entrar em parentalidade de medidas, mas no ponto a seguir vai-se discutir os investimentos pelos quais o Partido Socialista é responsável e nesse aspeto sente-se bastante confortável. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----

- - Não pode falar pelo Senhor Presidente, mas gostou muito do elogio que fez por achar que o Senhor Presidente tem muitas capacidades para outros cargos. -----

- - É bom saber que em Arruda há pessoas com capacidade e que dão o seu trabalho e o seu labor aos municípios e até têm capacidades para dos voos. -----

- - Referiu que se calhar não há números para aferir a quantidade de empresas que vieram para o concelho fruto deste pacote fiscal, mas há um número que é muito importante que é o número do desemprego no concelho, que está nos três por cento. ----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Referiu que as intervenções se desviaram um pouco do tema, naturalmente, que queria cingir-se ao tema de discussão que lhe pareceu interessante, mas o pacote fiscal terá, como qualquer outra medida, o impacto naquilo que são as decisões das empresas, também não pensa que é só o pacote fiscal que atrai as empresas para o concelho e que resulta no nível de desemprego que o Deputado Rui Moreira enfatizou muito bem. -----

- - No entanto, queria partilhar os relatórios periódicos que o Gabinete de Apoio às Empresas emite ciclicamente e que, de alguma forma, podem contribuir para a discussão. -----

- - Em dois mil e onze o município tinha registado, com dados oficiais, mil quatrocentos e quarenta e sete empresas, e em dois mil e vinte e um estavam registadas mil oitocentas e trinta e uma empresas, ou seja, há um saldo, nestes dez anos, de mais quatrocentas empresas sensivelmente e recordou que o ano de dois mil e vinte e um ainda foi muito fustigado pela questão da pandemia, por isso ainda poderá acontecer o caso que em dois mil e vinte e dois e mesmo em dois mil e vinte e três o aumento seja maior. -----

- - Obviamente, não consegue determinar se estas quatrocentas novas empresas têm todas que ver com esta questão do pacote fiscal, é difícil de fazer essa extrapolação, no entanto diria que, pelo menos este pacote fiscal, não evitou que estas quatrocentas empresas fossem constituídas ou sediadas no Concelho, por isso, em termos comparativos, julga que o pacote fiscal, em comparação com aquilo que existe nos

municípios vizinhos, o Concelho de Arruda é bastante competitivo quando comparado com os concelhos vizinhos.-----

- - Modestamente o que o executivo pretende é que, à semelhança do que é defendido para o Documento Estratégico, é que este pacote fiscal continue a ser um pacote que vá, de uma forma sustentada e gradual, continuando este caminho de desagramento fiscal para continuar a ser atrativo para as famílias e para as empresas arrudenses. -----

#### **Deliberação** -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por maioria, com cinco abstenções da bancada do PSD e uma abstenção da Deputada independente, aprovar o Pacote Fiscal para 2024 - Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama, Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e Taxa Municipal de Direito de Passagem.-----

#### **PONTO N.º 19 - REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 14 novembro. -----

#### **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----

- - Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente, colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar a reorganização dos serviços municipais.-----

#### **PONTO N.º 20 - MAPA DE PESSOAL 2024**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 novembro. -----

#### **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

- - Este ponto da ordem de trabalhos diz respeito à previsão do mapa de pessoal para dois mil e vinte e quatro. -----

- - Sintetizando as principais novidades deste mapa de pessoal, existe a consagração de quatro assistentes operacionais na área da saúde, uma vez que, tal como já falado nesta assembleia, está previsto com a assinatura do auto transferência de competências na área da saúde proveniente da descentralização de competências do Estado Central, a partir de um de Janeiro, o pessoal afeto ao setor operacional do Centro de Saúde ficará na dependência do quadro do município, portanto, há necessidade de prever a criação desses lugares no mapa de pessoal do município de Arruda.-----

- - Depois há também a necessidade de criar dois novos postos de trabalho técnicos superiores na área da Unidade do Setor Social, porque existe uma candidatura a um projeto do PRR - Programa de Recuperação e Resiliência que é o “Radar Social” para criar uma nova estratégia municipal na área social.-----

- - Está previsto também a questão do aumento remuneratório do salário mínimo nacional e também os aumentos previstos para a função pública decretados pelo Orçamento de Estado, que foi ontem aprovado em votação final global na Assembleia da República. -----

#### **INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERNARDO NARCISO**-----

- - Gostaria que este mapa de pessoal refletisse também a necessidade, que o PSD sabe que existe, de reforçar a limpeza e a capacidade de tratar os espaços verdes da Vila que, muitas vezes, se encontram em condições um bocadinho menos ótimas. -----

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

- - Referiu que este mapa de pessoal não prevê esse aumento do recrutamento de assistentes operacionais para aumentar a limpeza e higiene urbana, que o executivo também reconhece que é algo que tem que ser melhorado, mas o instrumento para melhorar essas respostas e essa necessidade é precisamente o ponto de aprovação dos documentos de gestão previsional para dois mil e vinte e quatro, onde se vai aumentar as verbas previstas para a contratação de serviços de limpeza e higiene urbana em quase o dobro do montante que existia, por isso está em crer que com esse reforço poderá se assistir a melhorias, é para isso que o executivo está a trabalhar. -----

**Deliberação** -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar o mapa de pessoal 2024. -----

**PONTO N.º 21 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2024**-----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 27 novembro. -----

**INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

- - Referiu que este é um dos instrumentos mais impactantes que existe na vida do dia a dia da gestão municipal e um instrumento fundamental de atuação do município. -----

- - Começou por agradecer aos colegas do executivo municipal, a todos os colaboradores do município pelo contributo para que esta proposta pudesse ser apresentada, agradeceu também aos partidos políticos que tiveram a gentileza de fazer chegar contributos que enriquecem naturalmente aquilo que é a proposta do município e do executivo para as GOP e Orçamento do próximo ano e agradeceu também a todos aqueles que fazem acontecer a gestão pública no dia a dia, numa palavra muito concreta para os Senhores Presidente de Junta e para as Juntas de Freguesia que ajudam todos os dias a executar este instrumento tão importante para as populações. -----

- - De uma forma especial, quis destacar a participação e o empenhamento profissional do Dr. Bruno Anágua, enquanto Chefe da Divisão Financeira e, nele cumprimentar todos os colegas que participam e que representam cada uma das Divisões e Unidades do município e que formam um todo. -----

- - Dá-se a particularidade desta proposta de orçamento ser a vigésima quinta que o Bruno Anágua ajuda a elaborar, não está com isto a dizer que ele é um técnico muito antigo na casa, está apenas a relatar um facto que lhe parece pertinente relatar, e por isso, deu uma nota de agradecimento especial ao Bruno que o atura nestas alturas e sabe que, às vezes, não é fácil. -----

- - O exercício da elaboração do orçamento municipal é sempre a arte do possível, no complexo equilíbrio de alcançar entre aquilo que é o otimismo da vontade e o pessimismo da realidade ou da racionalidade, portanto, é neste equilíbrio que o

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

executivo apresenta aquela que é a proposta possível, nem sempre será a desejável, porque era sempre desejável poder se fazer mais e melhor, mas nem sempre é possível porque na realidade é preciso obedecer a princípios escrupulosos de cumprimento do princípio básico do equilíbrio orçamental. -----

- - Como nota introdutória, resolveu partilhar uma reflexão de um manual muito conhecido, “Teoria Geral do Emprego” que o John Keynes publicou no século passado, mas que no seu modesto entendimento permanece muito atual e que é o equilíbrio virtuoso que tem que existir entre os poderes públicos e o mercado, ao contrário de uma teoria da mão invisível que acha que o mercado tudo resolve e tudo faz, há de haver também quem defenda que o mercado precisa de ser regulado e mais do que regulado é preciso haver intervenção pública do Estado, não só para corrigir falhas de mercado, mas, para fomentar e promover uma política pública que beneficie todos os cidadãos e não só aqueles que estão no topo da cadeia de valor que são os que mais podem e mais liberdade de escolha tem. -----

- - Nessa medida, pareceu-lhe que esta frase do John Keynes era adequada para justificar, de alguma forma, o espírito que presidiu à proposta de Orçamento e GOP que é apresentada. -----

- - Este é o terceiro Orçamento Municipal e GOP que este executivo, no atual mandato autárquico apresenta e é também o maior Orçamento e GOP que os executivos apresentam desde dois mil e dois. -----

- - Os macro números do orçamento são, de facto, os mais elevados no município de Arruda dos Vinhos, estando-se a falar de um orçamento de cerca de dezanove vírgula seis milhões de euros, por isso é um orçamento que, de alguma forma, está em contra ciclo económico, ou seja, são vários os relatos e as informações do ponto de vista técnico / científico e académico que evidenciam que há a perspetiva da zona euro de algum arrefecimento da atividade económica com algumas notícias que vão surgindo também do arrefecimento da economia, nomeadamente, no Centro da Europa, e isso fará com que o mercado comum e o mercado da União Europeia tenha aqui alguma repercussão em termos de qualidade de bem-estar, o que motiva que a procura interna e aquilo que é a aposta na economia local faça sentido e aí também o município poderá ter um papel relevante a dizer e a desempenhar. -----

- - É um orçamento que reforça e valoriza salários, reforça transferências para as juntas de freguesia e para o movimento associativo, reforça prestações sociais municipais, reforça o investimento municipal e tudo isto está alinhado com o pacote fiscal mais baixo sempre para as famílias e empresas do concelho. -----

- - As macro rubricas do Orçamento e GOP para dois mil e vinte e quatro apresentam também alguns aumentos significativos que gostaria de enfatizar, nomeadamente na rubrica da educação com um aumento de investimento de cinquenta e seis vírgula um por cento, na saúde, bem-estar e ação social, com um aumento de trinta vírgula um por

cento e na habitação, saneamento, água, resíduos sólidos urbanos e saneamento em sessenta e um vírgula oito por cento. -----

- - É um orçamento que alia um forte investimento público e apoio social; ao pacote fiscal mais amigo de sempre das famílias e empresas; com o rumo e uma estratégia bem definidos, executando o “Documento Estratégico Arruda 2025” e o plano plurianual de intervenções e investimentos na rede rodoviária concelhia dois mil e vinte e três / dois mil e vinte e cinco e o plano municipal de adaptação às alterações climáticas. É um orçamento que visa fazer o que ainda não foi feito e que ainda falta concretizar. -----

- - Naquilo que diz respeito ao apuramento da receita orçamental, este orçamento responde a um princípio que a lei consagra que é de equacionar e prever a receita com base na execução alcançada da receita dos últimos vinte e quatro meses de execução orçamental, isso significa que há um aumento da receita corrente de cerca de seis vírgula nove por cento e que, no seu entender, se deve fundamentalmente, por um lado ao aumento da cobrança de impostos e por outro lado ao aumento das transferências correntes do Orçamento de Estado devido ao processo de descentralização de competências do Estado Central para as Autarquias Locais. -----

- - Finalmente, o aumento das vendas de bens e serviços em dois mil e vinte e três também justifica a possibilidade de este aumento da receita corrente inscrita na proposta do Orçamento para dois mil e vinte e quatro. -----

- - No que concerne à receita de capital, há a registar um aumento expressivo de sessenta e sete vírgula quatro por cento e a receita não efetiva em cem por cento, e estes aumentos significativos da receita de capital estão devidamente balizados e enquadrados do ponto de vista jurídico e material, portanto, podem do ponto de vista da validade jurídica e conformidade legal, serem inscritos como receita prevista para dois mil e vinte e quatro e isso tem que ver com quatro fatores, primeiro o aumento das transferências de capital previsto no Orçamento de Estado, o segundo o aumento dos montantes de cofinanciamento com projetos aprovados no caso do IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana a propósito da estratégia local de habitação, do FEDER que são fundos comunitários e contratos-programas em que hoje já se falou de um que tem que ver com as intempéries no valor de um vírgula um milhões de euros, o terceiro tem que ver com o valor previsto no acordo de transferência mutação dominial da Estrada Nacional 115/4 nas Corredouras e que prevê um montante de quatrocentos mil euros de receita municipal a consagrar, o quarta é o empréstimo de médio / longo prazo que não obstante ainda estar em processo de visto pelo Tribunal de Contas, uma vez que o contrato já foi celebrado é possível inscrever a receita, naturalmente que ela só é eficaz depois do vistos estar consumado, havendo a possibilidade daqui a um ou dois meses esteja consumado. -----

- - Nesta apresentação gostaria de destacar quinze projetos, não obstante de haver muito mais que se pudesse destacar, mas esta foi apenas uma opção sua e os Senhores Deputados não se inibam de apreciar o documento na sua globalidade. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Assim, se este orçamento for aprovado, vai-se querer reforçar e aumentar o parque de habitação pública disponível no município com seis novas frações mobilizadas, seguramente durante o ano de dois mil e vinte e quatro e com projetos de execução de dois novos edifícios de acordo com o que está previsto na estratégia local habitação, nomeadamente na rua Francisco Jerónimo em Arranhó e no remanescente do imóvel municipal junto ao parque de estacionamento junto à sede do União Recreativo e Desportivo de Arranhó; destacar também o acompanhamento da execução da variante rodoviária está na vila de Arruda, há ainda algumas verbas que cativam esta rubrica, na medida em que alguns valores que estão cativos à ordem de processos judiciais pendentes de expropriação por utilidade pública e ainda há aqui um acerto no que diz respeito à iluminação pública desta variante que é da responsabilidade do município nos termos do protocolo de gestão que foi assinado com as Infraestruturas de Portugal para a execução desta infraestrutura; dois mil e vinte e quatro será também o ano em que se irá avançar com a construção da rede de saneamento em baixa na localidade de Carvalha na freguesia de S. Tiago dos velhos; vai-se também dar o impulso na implementação do plano municipal de adaptação às alterações climáticas e daquilo que foi designado por “Aldeia Sustentável” em A-dos-Arcos; avançar com a construção da nova rotunda aos Três Portões e a ligação dessa rotunda até à Estrada da Costa; foi colocada uma dotação bastante robusta que permite com alguma razoabilidade e certeza para se concluir a empreitada de execução da requalificação do Mercadinho de Arruda que, como sabem teve um revés relevante com insolvência do empreiteiro e durante o ano passado não se conseguiu resolver o problema de voltar a ter um concurso em que ficasse atribuída uma empresa para poder finalizar a obra, neste momento, a obra retomou numa das partes e o objetivo é concluir essa empreitada durante o próximo ano e, para isso, este instrumento de gestão previsional é fundamental; está também previsto intervenções em todos os Centros Escolares do Concelho; é também entendimento e vontade do executivo de, com o município de Loures em uma parceria conjunta, avançar com o estudo de tráfego do futuro nó do Cabeço da Rosa, é uma obra que está prevista no PNI 2030 - Plano Nacional de Investimentos e que o executivo quer executar, estando-se em negociações com o Governo da República e com a Brisa enquanto concessionária para que esta obra avance, mas para que o projeto de execução possa ter os seus os seus dias é preciso previamente fazer o estudo tráfego; dar prioridade também, de algo que já se falou muito e que é a construção da secção descentralizado os bombeiros em Nossa Senhora da Ajuda. -----

- - Destaque ainda para o reforço das verbas para a execução do plano plurianual de investimentos e de intervenções na rede rodoviária concelhia; intervenções das intempéries de dois mil e vinte e dois com a construção de uma nova ponte nos Quatro Caminhos, os taludes do Camondes e Alcobela; o desenvolvimento de um projeto de regeneração urbana em Arruda, num caso concreto da requalificação das chamadas Cataratas e ligação entre o Parque das Rotas e a ciclovia Professor José Lourenço,

naturalmente que se vai precisar de fundos comunitários para este projeto estando já a candidatura formalizada e no próximo dia catorze de Dezembro vai-se fazer um evento do Arruda Talks no Arruda Lab com a arquiteta paisagista que está a apoiar o município na concessão deste projeto e que aproveitou para estender o convite a todos para poderem participar; há também o objetivo de implementar e inaugurar por ocasião das comemorações do 25 de Abril, em que se assinala os cinquenta anos da Revolução dos Cravos, o projeto da Biblioteca / Carrinha de Cultura Itinerante que é algo que vai começar já a avançar; o lançamento do concurso e uma iniciativa privada para a conceção do projeto de execução do Lar na zona do antigo campo de futebol do Ajudense; e finalmente, mas não menos importante, é tentar com a dotação definida no orçamento para dois mil e vinte e quatro, repor uma situação de legalidade urbanística que já se arrasta há demasiado tempo, em que já se teve muito perto de resolver esta situação, mas infelizmente não se conseguiu, que é a chamada “AUGI do Palmeiro” na freguesia de Cardosas e que se vai tentar avançar com essa necessidade de intervenção.

Os objetivos dos documentos previsionais para dois mil e vinte e quatro, continuam a ser a melhoria contínua dos níveis de resposta às necessidades básicas da população, como não poderia deixar de ser; a continuidade da intervenção ao nível da ação social e saúde; a continuidade de esforços na contenção e racionalização de recursos designadamente pela modernização administrativa e aproximação do município ao cidadão; a razoabilidade dos níveis de endividamento municipal; o cumprimento da lei dos compromissos e pagamentos em atraso, designadamente pela inexistência de pagamentos em atraso bem como a necessidade de reforço saldos de fundos de níveis e pautar pelo rigor e consolidação orçamental tendo por meta um grau de execução orçamental que seja superior a oitenta por cento, com a mal que é perfeitamente razoável e necessário.-----

- - No que diz respeito às componentes do orçamento, a nível da receita corrente a previsão é de catorze milhões trezentos e vinte e nove mil e cinquenta e dois euros, a nível de despesa corrente a previsão é de catorze milhões dezanove mil e setecentos e setenta e dois euros, o que significa que mantém-se claramente a aposta no princípio do equilíbrio orçamental, na medida em que está previsto que as receitas correntes consigam suportar todas as despesas correntes e ainda há uma folga para que parte das receitas correntes possa ser alocada à despesa no investimento de capital. -----

- - No que diz respeito à receita de capital, há uma receita prevista de dois vírgula seis milhões de euros, sensivelmente uma despesa de capital de quase cinco milhões de euros.-----

- - A receita não efetiva, estando-se a falar do montante do empréstimo, é de dois vírgula seis milhões de euros a despesa não efetiva está-se a falar com os encargos do serviço da dívida em quase seiscentos mil euros. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - No global está-se a falar de um orçamento que tem como componente da receita e despesa ao abrigo do princípio orçamental, dezanove milhões, quinhentos e setenta e oito mil e setecentos e trinta e quatro euros de previsão. -----

- - No que diz respeito ao aumento da despesa corrente, ela vai se cifrar nos cerca de dezasseis vírgula quatro por cento, fundamentalmente, devem ser quatro grandes ordens de razões, a primeira do aumento da despesa com pessoal, não só com o aumento da base remuneratória e também com o aumento do número de trabalhadores que estão previstos contratar ao abrigo do mapa de pessoal que já foi aprovado nesta assembleia, bem como do subsídio de penosidade e insalubridade que também se prevê um aumento em função do indexante, a segunda razão prende-se com o acréscimo das despesas com aquisição de bens e serviços, em que o nível previsível da inflação que o executivo se baseou, é a previsão do Governo de três vírgula três por cento; a terceira razão tem a ver com um acréscimo das despesas relacionadas com o processos de transferência de competências do Estado Central para as Autarquias Locais, nomeadamente na saúde e ação social, a quarta razão está-se a falar do acréscimo com transferências acima do valor estimado da inflação no caso do aumento das transferências para as juntas de freguesia que, globalmente aumentará em quinze por cento, do aumento das transferências para famílias, nomeadamente o reforço do programa de apoio local ou arrendamento em mais vinte por cento, o aumento das transferências para instituições, nomeadamente a associação humanitária dos Bombeiros Voluntários com um aumento de quase seis por cento e o associativismo com o aumento de oito por cento e a atribuição de um subsídio de vinte mil euros ao Centro Social de S. Tiago dos Velhos, uma vez que neste momento, tem um projeto com financiamento através do programa PARES e que está em execução para ver se consegue finalmente de ver a luz do dia. -----

- - No que diz respeito ao aumento da despesa de capital ela cifra-se na casa dos cento e quinze vírgula quatro por cento e este aumento deve-se sobretudo a duas razões, ou seja ao incremento do esforço de investimento especialmente com recurso a contratos programa, e também à opção de recorrer a financiamento bancário com recurso a empréstimo de longo prazo, celebrado no final de dois mil e vinte e três. -----

- - Depois, há uma redução da despesa não efetiva em oito vírgula um por cento referente a amortizações de capital de empréstimo. -----

- - Numa análise comparativa com um orçamento de dois mil e vinte e três, a proposta para dois mil e vinte e quatro, no que diz respeito aos impostos diretos, prevê um aumento de seis por cento, nos impostos indiretos não há nada a registar, nas taxas multas e outras penalidades há um decréscimo de doze vírgula quatro por cento, nos rendimentos de propriedade um aumento de onze vírgula seis por cento, nas transferências correntes de três vírgula sete por cento, na venda de bens e serviços correntes de quinze vírgula um por cento e outras receitas correntes menos noventa e oito vírgula dois por cento, embora sem grande impacto significativo.-----

- - No total das receitas correntes há destacar o aumento previsto de seis vírgula nove por cento, e no que diz respeito às receitas de capital não há grande significado nas vendas de bens de investimento, as transferências de capital há a registar um aumento de sessenta e sete vírgula quatro por cento. -----
- - Nas receitas não efetivas, nos ativos financeiros e passivos financeiros, sobretudo, há um aumento significativo que é justificável com o recurso ao empréstimo de que já se falou. Assim, no total das receitas, há um aumento estimado de trinta vírgula sete por cento. -----
- - No que diz respeito à estrutura das despesas numa análise comparativa com dois mil e vinte e três, as despesas com pessoal a previsão é de aumento de onze vírgula três por cento, a aquisição de bens e serviços de dezoito vírgula três por cento, nos juros e outros encargos cento e dez vírgula cinco por cento, nas transferências correntes vinte e quatro vírgula quatro por cento, nos subsídios não há impacto e outras despesas correntes há uma perspetiva de redução de quatro vírgula oito por cento, mas também não é significativo, assim, no total das despesas correntes há uma expectativa de aumento de dezasseis vírgula quatro por cento. -----
- - No que diz respeito às despesas de capital, há aqui a aquisição de bens de capital com aumento cento e vinte e sete por cento, e transferências de capital com um aumento de quatro vírgula seis por cento e as outras despesas de capital não têm repercussão que dá, no total de despesa de capital um aumento previsto de cento e quinze vírgula quatro por cento. -----
- - No que diz respeito às despesas não efetivas, há nos passivos financeiros, um decréscimo de oito vírgula um por cento, como já tinha falado há pouco e, portanto, no total da despesa, há um aumento de trinta vírgula sete por cento. -----
- - Olhando para a evolução do orçamento anual pode-se verificar que, de facto, este é o maior orçamento desde dois mil e dois, talvez só comparável com o de dois mil e sete, em que houve um orçamento que esteve nos dezanove milhões de euros. No que diz respeito à comparação face a dois mil e três, há um aumento da receita corrente em novecentos e trinta mil euros e o aumento da receita capital e não efetiva em três vírgula seis milhões de euros, o que dá um ajustamento do nível da despesa em quatro vírgula cinco milhões de euros. -----
- INTRVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----
- - “Hoje estamos aqui para discutir e aprovar as GOP e o orçamento do Município para dois mil e vinte e quatro. -----
- - Este orçamento é parte de um caminho, de uma estratégia definida, quer pelo Documento Estratégico Arruda 2025, quer pelos programas eleitorais apresentados e sufragados de forma altamente maioritária em dois mil e treze, dois mil e dezassete e em dois mil e vinte e um. -----
- - Um trajeto de recuperação financeira, um trajeto de dimensão social com a criação de vários projetos de apoio aos mais necessitados, um trajeto de aumento da oferta cultural

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

nunca descurando um investimento em áreas fulcrais, em projetos de elevada importância, uns que já deviam estar feitos, outros que eram essenciais e outros que a conjuntura proporcionou. -----

- - A atual conjuntura, de desaceleração económica impõe que os atores públicos e neste caso, o Município, possam ter uma atividade expansionista para promover o crescimento. Isto só é possível porque chegamos a este ponto com estabilidade financeira fruto de um trabalho muito competente, que permite atuar desta forma agora, quando é mais necessário! Isto sem comprometer o futuro, ao contrário do que outros dizem e fizeram!-----

- - Aos orçamentos muito eficazmente executados, de forma parcimoniosa e responsável, e que alguns apelidavam de “pouco ambiciosos” apresentamos o maior orçamento da responsabilidade política do PS. -----

- - Este orçamento continua a reforçar um desígnio político crucial que é a coesão territorial e as políticas de proximidade, aumentando as transferências para as Juntas de Freguesia e para as Associações e Coletividades do Concelho que executam um trabalho meritório e devem ser apoiadas por isso mesmo, nunca esquecendo aqueles que necessitam de mais apoio, porque com o PS em Arruda dos Vinhos, ninguém fica para trás. -----

- - Além de reforçar todas as componentes de área de atuação do Município, pame-se, ainda consegue fazê-lo com uma redução fiscal e onerando menos os Arrudenses. É um sinal que se envia para os nossos cidadãos, do sucesso de uma estratégia, só possível porque o sucesso dá muito trabalho. -----

- - Em dois mil e vinte e quatro, serão concretizadas legítimas aspirações de populações que já deveriam ter visto os seus problemas resolvidos no século XX, mas será o PS a resolvê-los agora, nomeadamente a questão do saneamento na Carvalha e será inaugurada a variante rodoviária à Vila de Arruda, também após vinte anos sem sair do papel, não obstante alguns duvidarem que a mesma fosse construída e que já a viam embargada. Começará a ser construída a secção descentralizada dos Bombeiros de Arruda na Nossa Senhora da Ajuda e vai ser lançado o estudo do tráfego junto do Cabeço da Rosa, para uma possível ligação e nó rodoviário entre a A10 e A9 naquela zona, tal como a abertura de concurso para a execução de projeto de uma ERPI no antigo campo de futebol do Ajudense, reforçando a coesão territorial e respondendo aos anseios das populações. -----

- - Os direitos fundamentais dos portugueses não são por nós esquecidos e iremos reforçar a oferta pública de habitação, no seguimento da estratégia concelhia para esta área e de investimentos já realizados que muito nos orgulham. Além do aumento de oferta e melhoria das condições do Bairro João de Deus, chegar ao centro da Vila de Arruda e ver aquela obra e aquela envolvente dá modernidade e dignidade à nossa terra, bem longe dos tempos do que lá antes existia. A intervenção em todos os Centros Escolares é fundamental e urgente, para dar resposta a novos desafios e exigências dos

tempos atuais, mas também dar resposta a soluções curtas e mal concebidas do passado. A qualidade da educação em Arruda é algo que é património de todos e não é por nós que o deixará de ser, no seguimento de intervenções já feitas este mandato. -----

- - Um orçamento é um conjunto de opções políticas que se tomam, ao abrigo do que foi apresentado e sufragado nas eleições. Este orçamento dá resposta a várias questões de justiça territorial, não esquecendo o futuro, preparando as bases para que Arruda dos Vinhos continue a ser um concelho com uma qualidade de vida que nos orgulha e distingue, onde a tradição vive junto à modernidade, onde a dinâmica económica se encontra alinhada com os desafios que a urgência climática apresenta e onde todos, sem exceção, sabem que fazem parte de uma comunidade, que todos têm mérito no que fazem, do cantoneiro ao carpinteiro, do enfermeiro ao agricultor, do professor ao jardineiro, entre muitos outros e que todos, mas todos são importantes e que nenhum fica para trás.” -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERNARDO NARCISO -----

- - Gostaria de solicitar, se fosse possível, que o Senhor Presidente fizesse chegar à Assembleia Municipal o Power point porque está bastante explicativo. -----

- - Ao longo do tempo o PSD sempre se mostrou aberto a debater as propostas orçamentais, porque, no fim do dia, o que importa são as concretizações que se consegue levar para os cidadãos, por isso é que têm sempre respondido quando recebem pedidos de propostas. -----

- - Infelizmente, o executivo municipal nem sempre mostrou abertura para negociar, contudo, como por vezes, é positivo mudar de opinião, o PSD saúda a abertura para ouvir e incluir propostas dos partidos da oposição, a democracia agradece e os arrudenses também. -----

- - Registam com agrado que o executivo municipal aceitou o onze das vinte e sete propostas apresentadas pelo PSD. -----

- - Com este orçamento municipal, o mais elevado de sempre situado na ordem dos dezanove milhões de euros, como já foi referido pelo Senhor Presidente, a câmara encontra todas as condições para levar a cabo aquilo que está por fazer há dez anos, portanto, consideram que este é um orçamento que representa uma estratégia muito contra o ciclo que o PS tem votado nos últimos anos. -----

- - Com este orçamento, a Câmara Municipal de Arruda ganha a capacidade de resolver os problemas que continuam a existir nas vias rodoviárias, no saneamento básico, acabar com os problemas de recursos humanos e equipamento que já foram amplamente referidos e ajudar mais as juntas de freguesia. -----

- - Referiu que o voto do PSD será de abstenção porque querem perceber se efetivamente se se cumprirá aquilo que foi garantido. -----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Gostaria de sublinhar que o PSD gosta do orçamento, por aquilo que aqui se acabou de ouvir, mas não é capaz de dar o seu voto a favor, porque está à espera que o PS o execute. -----

- - Dizer também que, na sua opinião é relativamente incoerente este voto de abstenção no orçamento e nas GOP e passou a explicar o porquê. -----

- - “Primeiro, como nós ouvimos e, por acaso, confesso que me surpreendeu tanto o elogio ao orçamento como ao Senhor Presidente, por isso entendo que é extremamente incoerente quando o PSD vota contra um empréstimo e o plano de investimentos, que é a base fundamental deste orçamento, mas depois vem dizer que, finalmente, vamos fazer aquilo que tem que ser feito. Não consigo perceber onde é que está a coerência nessa situação e parece-me que, por um lado votam num lado e por outro, como não querem assumir, votam noutra lado. -----

- - Fica muito contente por terem dito que nos anos anteriores o PS não tinha incluído proposta e que este ano houve propostas incluídas. Se calhar este ano as propostas eram mais interessantes ou tinha mais valor, porque muitas das propostas não eram do PSD mas sim do cabaz de Natal que andaram a fazer junto das associações do concelho a recolher contributos e explanaram esses pedidos nas propostas que depois apresentaram ao executivo. Isso não é mau porque as associações precisam de apoio, mas este orçamento até mostra esse apoio. -----

- - “Custa-me muito terem falado do pacote fiscal e terem se absterido nessa questão quando não consigo perceber onde é que está o problema em pagar menos impostos.” --

INTERVENÇÃO DO DEPURADO PEDRO FERNANDES -----

- - Não sabe se já foi referido, mas há aqui uma particularidade neste orçamento, e está certo que o próximo também terá, e está certo que haverá sempre uma sequência de um aumento da habitação pública e nesse sentido, gostaria de ressaltar que é terceira vez, neste mandato, que se está a aprovar um orçamento que aumenta a habitação pública e como tal que isso é relevante. -----

- - Para si a habitação pública faz todo o sentido, a variante à Vila também é uma obra estruturante para o município. Queria também dar algum destaque aquilo que é aquele o programa PART - Programa de Apoio à Redução Tarifária que foi criado em dois mil e dezanove, em que na altura pagava-se cento e vinte euros de passe para Lisboa e passou-se a pagar setenta euros pelo mesmo passe. -----

- - Há também o reforço do programa de entrega de livros de exercícios gratuitos, há um reforço dos postos de carregamentos de automóveis elétricos e aquilo que é o início das obras da Aldeia Sustentável de A-dos-Arcos bem como a criação das charcas ou pequenas represas, ou seja, quer realçar aquilo que é a preocupação do Partido Socialista em preservar os cuidados ambientais e em preservar uma certa preocupação na sustentabilidade, sendo um município que quer em Arruda quer em Portugal se preocupa mais com um futuro mais verde. -----

- - “Gostaria de agradecer, de uma forma mais pessoal, porque quando leu o orçamento vejo que existe uma proposta da Juventude Socialista com rubrica, que é o reforço dos equipamentos disponíveis no Parque das Rotas. O Deputado Bernardo Anágua na sessão passada da assembleia tinha feito uma proposta que está incluída em orçamento e, como tal, agradeço ao executivo por essa consideração, a Juventude Socialista está viva.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS RODRIGUES-----

- - A propósito do orçamento referiu que assistiu tranquilamente à discussão, e estando-se em democracia aquilo que lhe apraz registar é que haja liberdade de voto, por isso, não consegue entender a grande preocupação de ter que se passar cheques em branco, portanto, o que o PSD faz é assistir, fiscalizar e ver se o orçamento é executado. Se for executado cá estão para aplaudir, mas não se pode obrigar a ter sentido de voto, porque está-se num regime democrático.-----

- - Questionou o Deputado se sabe, no tempo em que o PSD governava o Concelho, quantos orçamentos é que o PS votou favoravelmente.-----

- - Os orçamentos são, por excelência um documento político que tem as linhas condutoras de quem o propõe, portanto, quem está na oposição não tem de votar a favor do orçamento que é apresentado pelo executivo, tem sim que fiscalizar e no fim do ano dizer se concordam ou se não concordam, depois o povo já demonstrou que gostou dos orçamentos do PS porque votou favoravelmente, mas já houve tempos em que o povo gostou dos orçamentos do PSD e os votou favoravelmente. “Deixem as coisas correr salutarmente em democracia em que cada um expressa as suas opiniões, em que cada um vota de maneira entender e deixemo-nos de provocar, porque isto era um número político, porque depois vinham dizer que até o PSD votou no nosso orçamento, mas esse número políticos os Senhores não tem o privilégio de ter, porque ainda não demonstraram merece-lo.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO RUI MOREIRA-----

- - Em primeiro lugar, dirigindo-se pessoalmente ao Deputado Luís Rodrigues referiu “seja bem-vindo a esta casa, é uma lufada de ar fresco nesta assembleia, nós precisamos de qualidade no debate e isso agradeço-lhe do fundo do coração, e isto são palavras sinceras, porque a qualidade do debate em democracia eleva a qualidade de todos os seus intervenientes.”-----

- - Referiu que passar cheques em branco era o que acontecia nos executivos do PSD, quando pediam empréstimos sem fundamentação, coisa que não acontece neste orçamento.-----

- - Dizer também que, jamais, em tempo algum o PS quer condicionar ou sujeitar o voto do PSD, em democracia cada partido vota livremente, mas em democracia os cidadãos e todos os partidos intervenientes na Assembleia Municipal exigem coerência política era só a isso que se estava a referir.-----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Agradeceu a intervenção de todos os Deputados porque é importante e salutar no debate político haver diferentes visões e diferentes opiniões, isso é muito importante para a democracia, e acha que a democracia local só tem a ganhar com isso, ou seja, diferentes visões, diferentes perspetivas, diferentes propostas é significativo, e acha que o que é importante de ressaltar nisto tudo é que o executivo tem o privilégio de, por voto maioritário dos arrudenses, liderar os destinos da Câmara Municipal, e tem tido sempre a preocupação, independentemente das maiorias que tem havido, de ouvir as propostas dos Vereadores da oposição e de auscultar os partidos políticos no processo de elaboração dos orçamentos, acha que isso faz parte da democracia e não há nenhuma alteração fundamental na sua atuação, desde o dia vinte e um de outubro de dois mil e treze, data em que tomou posse como Presidente de Câmara, até aos dias de hoje.-----

- - Naturalmente que, da mesma forma que os Senhores Deputados são livres de votar o orçamento com entendem, não podia concordar mais com o Deputado Luís Rodrigues, também o Presidente da Câmara, como devem imaginar, presta contas aos arrudenses e tem um programa eleitoral que responde perante os mesmos, naturalmente que não levarão a mal, e a oposição não pode levar a mal que, naquilo que é a prudente análise daquilo que são as disponibilidades orçamentais e das prioridades políticas sufragadas e plasmadas em documentos estratégicos que estão em vigor, que o PS siga aquilo que é o compromisso eleitoral que foi apresentado aos arrudenses, aliás, seria muito estranho se o PS apresentasse em programa eleitoral uma coisa e depois andassem a cumprir o programa eleitoral de outras forças políticas, isso é que não faria sentido, isso é que estaria ferido de legitimidade democrática e, naturalmente que o Presidente da Câmara e o executivo em funções, não acolher todas as propostas da oposição é algo que encara com normalidade e com naturalidade, porque elas não têm que coincidir e há diferentes visões sobre determinados problemas e isso é natural. -----

- - Assim, da mesma forma que os Senhores Deputados são perfeitamente livres de votar com entendem, o que concorde e subscreve inteiramente essa afirmação, também não lhe levarão a mal se disser o que o Presidente da Câmara e o executivo em funções, têm toda a liberdade de olhar para as propostas, discuti-las e fazer uma seleção daquelas que estão em condições de poderem ser consideradas ou incluir no programa de ação do orçamento anualmente considerado e aquelas que não estão em condições de ser, mas isso é uma análise política que se faz e, também isso é perfeitamente legítimo e é aquilo que tem sempre procurado fazer. -----

- - Desde dois mil e treze os executivos do PS sempre olharam para oposição como parceiros de governação, nunca como adversários ou inimigos, ou seja, ouviram com a convicção de ouvir, ouviram com a convicção de aproveitar aquilo que podiam e conseguiam aproveitar, não ouviram só por cumprir calendário, ou só para dizer que se ouviu a oposição no processo de elaboração do Orçamento e das GOP. -----

- - Alias, por isso é que se tem feito a convocatória para as reuniões de trabalho com vários meses de antecedência, precisamente para que as pessoas tenham tempo de preparar essas reuniões e poderem apresentar aquilo que entenderem conveniente.-----
- - Referiu que não há, da parte do executivo, nenhuma alteração de circunstâncias e vão continuar firmes neste propósito de construir para um concelho de todos, para todos e onde todos têm um lugar. -----
- - Em resposta ao Senhor Deputado Bernardo Narciso, referiu que a apresentação é publicada no site do município, no separador do orçamento municipal, no entanto, como o documento já está na posse da Ana Isabel, assim que puder ela enviará a referida apresentação a todos os líderes de bancada.-----
- - Em relação às intervenções dos Deputado Bernardo Narciso e Luís Rodrigues, diria que a política é dinâmica e a vida também, os problemas renovam-se, alguns alteram-se, as necessidades evoluem e, a política é a economia e a ciência dos recursos escassos com os alternativos, ou seja, é preciso olhar para aquilo que é a capacidade de intervenção e, o político tem que priorizar essa capacidade de intervenção de forma consciente, porque nunca se conseguirá resolver todos os problemas e todas as expectativas que as pessoas têm, é impossível porque cada pessoa tem uma expectativa diferente em relação à Câmara Municipal e nem sempre é possível corresponder, todos os executivos têm essas limitações. -----
- - Agora, o PS nunca irá desistir disso e irá sempre que procurar resolver os temas, independentemente da idade que tenham, o Senhor Deputado falou em problemas com dez anos, mas diria que há problemas com muitos mais anos, mas este executivo já deu prova cabal disso, não há nenhum problema que seja demasiado velho para ser resolvido, ou demasiado grande para ser enfrentado e, têm-se resolvido vários problemas com eficácia, porque havia problemas de abastecimento de água na Tesoureira, mas o executivo conseguiu chegar a acordo a Câmara de Mafra para abastecer essa população através de uma rede de água de abastecimento público que fosse segura e, por isso, obteve-se a qualificação do selo da ERSAR de qualidade de água pela primeira vez em dois mil e vinte e dois, que foi algo inédito nos serviços municipais, a própria estrada da Tesoureira que tinha, há mais de vinte anos, um troço que só se circulava em metade da estrada, também se conseguiu, com o apoio da Câmara Municipal de Loures, resolver esse problema, o saneamento era tratado em cerca de quarenta por cento no concelho e agora temos quase oitenta por cento de saneamento tratado, esse também é um dos objetivos do Documento Estratégico Arruda 2025, por isso é que se tinha mais de cinquenta e oito por cento de perdas água na rede pública de abastecimento de água e agora está-se na casa dos vinte e oito por cento e ainda há a caminho a fazer, ou seja, esse trabalho não está acabado, nunca estará e é preciso monitorização permanente, por isso é que se vai continuando a fazer aquilo que é preciso fazer e que ainda não foi feito.-----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Este orçamento é um bom passo e um bom instrumento, mas não tem o condão de ser uma varinha mágica que por arte mágica, vá, de repente, resolver todos os problemas, é bom que quem tenha essa expectativa não a tenha, porque como tudo na vida, é preciso haver um esforço diário e um empenhamento diário na sua execução, tendo em vista alcançar os resultados que estão previstos. -----

- - A única coisa que o fez divergir da expressão que o Senhor Deputado Luís Rodrigues utilizou tem que ver com o seguinte, um orçamento não é necessariamente um cheque em branco, um orçamento pressupõe uma orientação política, estratégica, definição de prioridades de atuação e depois a capacidade de o executar, ou não. -----

- - Em matéria de cheques em branco diria que o orçamento que mais se equiparou a este, tal como já o referiu, foi o de dois mil e sete, que teve dezanove milhões de orçamento previsto e que, na altura, houve uma execução de sessenta e dois por cento. Não sabe se este orçamento irá ter uma execução superior ou inferior a sessenta e dois por cento, é prematuro estar a falar sobre essa matéria, mas existe a expectativa de ter bem mais do que isso, mas a expressão “cheque em branco” não é justa, porque, não só o presidente da Câmara atual e do passado, como todos os seus vereadores e técnicos municipais fizeram sempre melhor que podiam e sabiam para executar o orçamento e, modestamente desde dois mil e catorze, que foi o primeiro orçamento que apresentou desde tomou posse, até agora, nunca nenhum orçamento teve uma taxa de execução tão baixa como essa de dois mil e sete. Aquilo que pode dizer é que vão continuar firmes no objetivo de executar, pelo menos oitenta por cento, se assim for é sinal que se conseguiu executar e resolver alguns dos problemas que estão aqui identificados que é esse o objetivo e essa missão e é com esse espírito que acordam todos os dias, para tentar fazer aquilo que é preciso ser feito, porque aquilo que os motiva a estar na política, não é procurar desculpas para a incapacidade de resolver alguns problemas que eventualmente possam existir, aquilo que os motiva todos os dias a estar na política é de facto, procurar resolver os problemas aos arrudenses e contribuir para se criar um concelho de bem-estar para todos onde ninguém fique para trás. -----

#### **Deliberação** -----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por maioria, com cinco votos de abstenção da bancada do PSD, uma abstenção da bancada do CDS e uma abstenção da Deputada Independente, aprovar os documentos previsionais para 2024. -----

#### **Declaração de voto PSD** -----

- - “O Grupo Parlamentar do PSD viabiliza o presente orçamento municipal embora não concorde com a visão seguida nem com alguns investimentos anunciados. -----

- - Mesmo assim, o Grupo Parlamentar do PSD espera que o PS cumpra o que nos foi garantido pelo Sr. Presidente da Câmara, e que o acolhimento das 11 propostas do PSD não sejam uma mera formalidade. -----

- - Confiando na palavra do Sr. Presidente da Câmara, este Orçamento Municipal acolhe as seguintes propostas: -----

- - Aumentar o apoio anual à Associação Cultura deGrau, para desenvolvimento da sua atividade e desenvolvimento da 10.ª edição do Festival Curt`Arruda; -----

- - Aumentar o apoio anual para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos; -----

- - Promover ações temáticas para pais sobre a parentalidade de apoio e acompanhamento ao longo da vida da criança, em parceria com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----

- - Descentralizar a Universidade Sénior, com aulas nas várias Associações do Concelho; -----

- - Requalificar o Largo Humberto Delgado; -----

- - Lançar um concurso público único para a conclusão dos restantes trabalhos na obra do mercado municipal. -----

- - A realização destas obras é um compromisso mínimo que o Grupo Parlamentar do PSD espera do executivo municipal quando acolheu estas propostas.”-----

**Declaração de voto da CDU** -----

- - Quanto à proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024, apresentada pela maioria PS na Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos. A posição e o voto da CDU assentam nas seguintes razões:-----

- - Observando que na audição previa que ocorreu no presente mês e após apresentadas as nossas propostas que das quais cerca de 80% das mesmas foram acolhidas ou já constavam dos documentos previsionais agora apresentados, ou seja, 20 das 24 fazemos os seguintes considerandos: -----

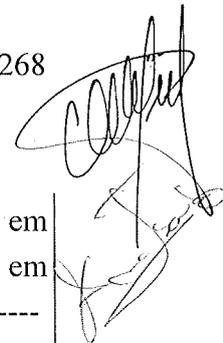
- - Começamos por verificar que na proposta de alívio fiscal para as famílias, - que é um desígnio com o qual concordamos - mais ainda quando estamos numa crise provocada pelo aumento do custo de vida, existe uma redução no crescimento da rubrica dos "impostos diretos" têm tido algum aumento, contudo face a 2022 cresce menos 12,9%. Indo assim ao encontro de uma das nossas propostas de que as famílias necessitam de reduções fiscais. -----

- - Por outro lado, a proposta revela também na rubrica da Habitação, Saneamento, Água, RSU e Ambiente este ano vamos finalmente ter mais investimento nestas áreas tão importantes para o desenvolvimento do nosso concelho. Medida que verificamos com bom grado, mas não nos esquecemos do desinvestimento que ocorreu durante alguns anos particularmente até 2022 na ordem dos 22%. -----

- - Já na educação, deve existir um esforço no investimento de contratação de assistentes operacionais, pois apesar de sabermos que o concelho de Arruda está acima dos rácios definidos pelo ME, de facto há um défice destes profissionais, nomeadamente devido a baixas médicas e/ou incapacidades, contudo estas ausência prejudicam em muito o normal funcionamento destas instituições. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - Pelo que continuamos a propor o reforço nesta categoria bem como sempre que necessário a substituição dos profissionais docentes e não docentes em caso de ausência por motivos de saúde. -----
- - Na saúde é urgente o reforço dos profissionais, nos Centros de Saúde do Concelho não só no corpo clínico, também o reforço de outros profissionais, nomeadamente enfermeiros, técnicos de saúde e administrativos.-----
- - Realçamos ainda que durante o Outono e Inverno é necessário garantir a abertura do centro mais cedo, de forma a permitir que os utentes que se encontram à porta, submetidos às diversas intempéries meteorológicas, possam usufruir de uma sala de espera condigna.-----
- - Em matéria de limpeza pública, propomos que a lavagem e higienização dos contentores, passe para 4 ou 5 vezes por ano, tendo aqui especial atenção ao período estival, período este em que a contaminação bacteriana acelera devido ao aquecimento característico desta altura do ano.-----
- - Referimos ainda que deve haver especial atenção na limpeza e manutenção dos espaços verdes, apontando aqui como referência especial o caso do Parque das Rotas ou mesmo o Jardim Municipal-----
- - Não podemos deixar por fim de recordar o Município que se para Arruda é uma prioridade ter os centros escolares multifacetados e inclusivos, levantamos a questão; qual a razão do projeto de alargamento da escola pública em Arranhó até ao final do 3 ciclo não se ter saído do papel. -----
- - No que diz respeito ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, vemos ter em linha de conta a reorganização territorial que contemple a colocação de bocas de incendio em locais muito estratégicos como o centro histórico e encosta da MATA. -----
- - Sobre o transporte público, importa apostar no melhoramento da sua qualidade e abrangência, valorizando acima de tudo a intermodalidade com outros transportes e reduzindo consideravelmente o seu preço devem apontar tendencialmente para a sua gratuidade. Estes são fatores importantíssimos no presente e no futuro. -----
- - Apresentadas algumas projeções numa das matérias maios cruciais para o concelho sobre a mobilidade reforçamos a necessidade de ajustar o nosso plano de oferta de transportes, mesmo que para isso tenha de ser reforçada a oferta interna como o TUA CASA. -----
- - Quanto aos movimentos pendulares dos utentes dos transportes públicos sabemos que tem sido feito um esforço na melhoria do mesmo, contudo é necessário efetuar o acompanhamento devido e tentar que operador consiga suprir ainda as lacunas que acontecem diariamente como por exemplo o de ficarem utentes nas paragens sem o devido transporte. -----



- - Temos consciência que este não é o orçamento perfeito pois consideramos que em algumas rubricas podia este Executivo ter ido mais longe, contudo entendendo que em primeiro lugar tem de estar Arruda e os Arrudenses irá a CDU,-----

- - Votar favoravelmente este orçamento.”-----

**PONTO N.º 22 - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DAS MINUTAS DAS ADENDAS AOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA** -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 31 outubro. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - Agradeceu todo o trabalho diário que as juntas de freguesia fazem no apoio ao executivo municipal naquilo que é o desenvolvimento das tarefas que levam a que haja aumento do bem-estar e qualidade de vida das populações. Diria que, fundamentalmente, esta delegação de competências tem como grande novidade, o aumento previsto globalmente considerado de quinze por cento das transferências financeiras para as juntas de freguesia. -----

- - Há também a manutenção das equipas de intervenção itinerante que tem feito este apoio, tendo agradecido às equipas da DOAQV - Divisão de Obras Ambiente e Qualidade de Vida, que têm feito esse trabalho em conjugação e em articulação com as juntas de freguesia.-----

- - Em relação aos documentos apresentados, referiu que houve reuniões com todas as juntas de freguesia antes da apresentação deste documento, houve alguns ajustamentos que têm a ver com a afinação de gásóleo, inertes de pedreira, massas asfálticas frias, entre outros, em que há alguns ajustamentos que foram equacionados por solicitação das próprias juntas de freguesia, em função das suas necessidades de intervenção diárias. --

- - Voltou-se a colocar nas GOP e no Orçamento, uma verba de cinquenta mil euros para requalificação urbana em articulação com as juntas de freguesia para executar nos seus territórios. Ainda não existe a certeza de quais é que serão as intervenções, porque os Senhores presidentes de junta, em conjugação com os seus executivos, estão a fazer essa análise em cada um dos territórios, mas é também algo que não passa diretamente pela delegação de competências, mas que está o previsto nas GOP e no Orçamento para dois mil e vinte e quatro, ou seja, as freguesias que não tiveram um aumento tão grande nas transferências financeiras, porque elas estão indexadas formas de per capita, serão compensadas depois com um aumento mais expressivo naquilo que é as intervenções que vão poder fazer em espaço público, porque também há o objetivo de aprofundar o princípio da coesão territorial também entre freguesias. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARDOSAS-----

- - Não poderia deixar de, em nome do grupo parlamentar do Partido Socialista, fazer uma breve apreciação do documento que vem agora à votação. -----

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

- - “Eu tive o cuidado de ver a reunião de câmara onde este ponto foi votado ao fim ao cabo porque estava, de certo modo, curioso para perceber se o PSD teria ou não duas versões da apreciação que faz do documento, mas parece-me que apenas terá a versão que foi oferecida na reunião de câmara. -----

- - Tenho seis anos como autarca em exercício de funções executivas, nomeadamente como presidente de junta e, de facto, a mim causa-me alguma estranheza, a narrativa que está a ser criada artificialmente apenas para justificar um sentido voto que não tem qualquer razão de ser. Evidentemente que não estamos aqui para forçar as pessoas a seguirem o caminho que nós queremos trilhar, nem a partilharem connosco o mesmo ponto de vista, mas parece-me que de uma forma artificial, fala-se de coisas com alguma gravidade e completamente desgarradas da realidade e estão aqui os meus colegas presidentes de junta que podem, se eu estiver a mentir, corrigir-me. -----

- - Fala-se em falta de planeamento na delegação de competências, falta de objetivos por freguesias, falta de escrutínio às freguesias e falta de diferenciação em função do mérito de cada uma das autarquias a nível de execução das competências que são delegadas, como que houvesse um prémio para ver quem é que é o melhor aluno dos quatro presidentes de junta. -----

- - O Partido Socialista teve a felicidade de ter os arrudenses a darem este voto de confiança em ter quatro presidentes de junta e tem sido, efetivamente, um trabalho em equipa e de coesão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal já falou nisso, e a palavra chave é mesmo coesão onde só quem não está no terreno e só quem nunca exerceu estas funções, ou só quem não conhece minimamente o trabalho que as juntas fazem com o município é que pode vir a público numa reunião de Câmara Municipal falar nestas questões. -----

- - Não há um único presidente de junta nesta sala que não tenha o contacto direto dos vereadores com pelouros, que não tenha os contactos dos chefes de divisão onde há uma articulação efetiva que acontece todos os dias no local, à porta de cada um dos arrudenses, em que as juntas e o município dão uma resposta. É uma forma de estar diferente, evidentemente que as freguesias muitas vezes são a primeira linha. Nós somos os que damos a cara na primeira linha, das políticas públicas que são praticadas no município e penso que nem eu nem nenhum dos presidentes de junta, aqui presentes, tem isso como algo mau, nós damos a cara, com muito orgulho, tanto para as coisas boas, mas acima de tudo pelas coisas menos boas. -----

- - O Senhor Presidente da Câmara Municipal falou, e muito bem, numa questão para mim essencial, ou seja, a Câmara Municipal não é obrigada a fazer os contratos de delegação de competência, não existe na lei uma obrigação de fazer estes contratos, é uma opção a política deste executivo que, como o senhor Presidente disse, e muito bem, na reunião de câmara e aqui volto a reafirmar que é “a salvaguarda da autonomia estratégica das freguesias”, tendo em conta que a delegação de competências, é isso mesmo, dar a terceiros a capacidade de decidir sobre matérias que são da sua

competência numa base de confiança e também do respeito pela autonomia das freguesias por estarem junto da população e por serem a primeira linha, porque estas freguesias são evidentemente a melhor entidade para a primeira resposta. -----

- - Depois, o Senhor Presidente falou, e muito bem, do aumento de quinze por cento relativamente à dotação que foi dada para estes contratos. Quinze por cento, num cenário onde a inflação para o ano de dois mil e vinte e quatro, conforme está prevista no Orçamento de Estado é de três vírgula três por cento, ou seja, é um aumento que supera em muito do ponto de vista global, o valor da inflação para o próximo ano.-----

- - Há algo que o PSD também em tempos, teve esta narrativa e que deixou cair, e ainda bem que deixou cair, que era a narrativa da régua e esquadro, em que na delegação de competências, a freguesia de Cardosas tinha quase tanto como a freguesia de S. Tiago dos Velhos ou Arranhó, mas mais uma vez a palavra é coesão. Ainda assim não se desconsiderou a representação per capita que está representada no documento, estando ao fim ao cabo aqui, a diferenciação, entre as freguesias, respeitada, mas sem esquecer a coesão territorial.-----

- - Evidentemente que falar na redução dos combustíveis fósseis para mim só pode ser um aspeto positivo, porque já há menos necessidade de utilizar e também há um certo rigor na utilização dos combustíveis fósseis, não fosse este o município que está neste momento ativamente a combater as alterações climáticas. -----

- - Uma vez que não está espelhado no documento, o Senhor Presidente falou bem da disponibilização de uma verba de cerca de cerca de cinquenta mil euros para obras. Mais uma vez, respeitar a autonomia das freguesias e dar mais poder de decisão às freguesias é isso que se quer, assim se tem visto bons resultados. -----

- - Este documento espelha aquilo que é a atitude do executivo municipal neste momento, mas também cima de tudo o poder reivindicativo dos presidentes de junta que, independentemente de serem do mesmo partido, não têm revelado qualquer mínimo de condicionamento na discussão de todas as políticas estruturantes do município, falo das inúmeras reuniões feitas com os vereadores onde cada um dos presidentes defendeu sempre o que achou melhor para o seu território, e é tanto assim que fomos ouvidos, nós os presidentes de junta, em todas as grandes decisões estratégicas do município, nomeadamente no plano de recuperação da rede viária.-----

- - Parece-me que a participação das juntas nestas políticas de fundo, com este momento e na execução das competências e, acima de tudo, trazer mais bem-estar para toda a população de Arruda fará com que, inevitavelmente, tínhamos uma Arruda inteira.”-----

#### **Deliberação**-----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado por maioria, com cinco abstenções da bancada do PSD, uma abstenção da bancada do CDS e uma abstenção da Deputada independente, aprovar a delegação de competências e as minutas das adendas aos contratos interadministrativos de delegação de competências nas juntas de freguesia. -----

**PONTO N.º 23 - VOTO DE SAUDAÇÃO PELOS 48 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975**-----

-- Presente e-mail da Deputada Independente.-----

INTERVENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE, MARIA JOÃO SEQUEIRA --

-- “A comemorar o 48º aniversário do 25 de novembro de 1975, data em que terminou o período PREC (Processo Revolucionário em Curso) é reafirmar os princípios universais da liberdade de expressão, do pluralismo partidário e das eleições livres. Nesta data, o povo português colocou-se ao lado da liberdade e contra a ditadura de substituir uma ditadura por outra.-----

-- Os dias 25 de Abril e 25 de Novembro têm na sua origem o mesmo anseio: a plantação e a defesa da Democracia e da Liberdade para todos. Por isso verificamos sem surpresa, que a maioria dos capitães de Abril e outros protagonistas das duas datas históricas são os mesmos.-----

-- Assim, se o 25 de Abril de 1974 apresentou o início de uma caminhada na construção da verdadeira Democracia, esse objetivo só ficou garantido a 25 de Novembro de 1975, dia que marcou definitivamente o fim da transição revolucionária e a demonstração da vontade inequívoca do Povo Português seguir o caminho do resto do Ocidente. Deste modo, foi possível a integração de Portugal na Europa.-----

-- As promessas desses dias estarão sempre por cumprir, uma vez que temos uma batalha constante para fazer cumprir o nosso País e a nossa Democracia. Mas o 25 de Novembro lembra-nos que o caminho está no confesso e na moderação.-----

-- Homenagear e preservar a memória representa a capacidade de superar posições extremadas de outros tempos e afirmar o respeito comum pelos valores democráticos de Abril de 1974 que unem todos os que hoje, com à data, participaram na construção de um Portugal livre.-----

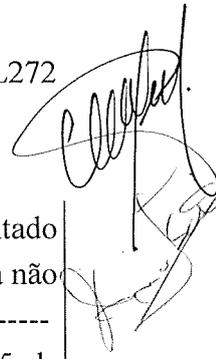
-- Não tivesse havido o 25 de Novembro, e não estaríamos a discutir a designação do General Ramalho, Eanes que, a propósito de mais uma polémica portuguesa, afirmou que o 25 de Novembro não se comemora, recorda-se. E também não estaríamos como cidadãos a discutir os méritos ou deméritos deste ou daquele governo, pois alguém ditaria o governo por nós.-----

-- O Heroísmo dos que saíram à rua para construir um país melhor não será ignorado pelos democratas de hoje, porque 25 de Novembro é sinónimo de liberdade, a escolha e democracia.-----

-- Assim, proponho à Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos que delibere:-----

-- Aprovar um voto de saudação a todos os que ousaram contrariar a deriva extremista, em particular ao General Ramalho Eanes, e a todas as unidades militares da Região Militar de Lisboa que consubstanciaram a derrota da mesma.”-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERNARDO NARCISO-----



- - Referiu que o PSD irá votar favoravelmente ao voto de louvor aqui apresentado relativamente ao 25 de Novembro, porque consideram que a democracia portuguesa não estaria completa sem a existência desta data histórica. -----

- - Francisco Sá Carneiro, fundador do PSD defendeu que foi claro que, até 25 de Novembro, a revolução andava sem motor e em rota livre, já há muito se devia ter reconhecido que os partidos democráticos devem ser os verdadeiros motores da política portuguesa e foi também devido ao 25 de Novembro que conseguimos esse facto histórico.-----

- - Anos mais tarde precisamente em dois mil e dez, Mário Soares, pensa que é um saudoso fundador do PS escreveu sobre o 25 de Novembro, uma crónica muito interessante na visão e dele citou o seguinte: “a maior parte dos leitores jovens desta breve crónica, talvez não saiba sequer do que se trata o 25 de Novembro e no entanto, é na história contemporânea de Portugal, uma data tão importante para a afirmação da democracia pluralista pluripartidária e civilista que hoje temos como a Revolução dos Cravos. Não tenho nenhum gosto de levantar polémicas passadas, mas a verdade é que a memória histórica não deve ser esquecida, sobretudo quando os responsáveis de termos estado à beira da guerra civil, o Partido Comunista e a Esquerda Radical, nunca fizeram uma autocritica a sério do seu comportamento passado, como lhes competia. A democracia deve muito ao 25 de Abril, mas também deve muito ao 25 de Novembro, pois se o primeiro foi um murro na mesa que acabou com 40 anos de uma ditadura que consideramos interminável, não é menos verdade que o 25 de Novembro foi uma injeção de sensatez na sociedade portuguesa. Para a democracia liberal portuguesa, os dois 25 foram absolutamente imprescindíveis, tanto de 74 como de 75.” -----

#### INTERVENÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO -----

- - “Em relação a este voto de saudação que aqui nos é apresentado, gostaria de dizer em primeiro lugar, que a minha intervenção é pessoal e não vincula qualquer elemento do grupo parlamentar do PS, dada a complexidade e a tal memória histórica que é preciso fazer. -----

- - Para nós fazermos a tal memória histórica teríamos que começar mais atrás, primeiro teríamos que saber o que é que foi o antes 25 de Abril e aqui dispenso-me de fazer qualquer comentário, vivíamos em ditadura fascista. -----

- - Depois, dá-se o 25 de Abril. É preciso fazer história e saber o que é que esteve na génese de 25 de Abril. Na altura, tinha acabado o serviço militar e tempos antes já sabia o que é que se dizia dentro dos quartéis, nomeadamente na sala dos oficiais milicianos, e deu-se o 25 de Abril. -----

- - Permitam-me, e peço desculpa, de muitas vezes hoje dizer quem é que fez o 25 de Abril de uma forma errada, porque o 25 de Abril começou nos movimentos académicos e foi reforçado com essas pessoas que o queriam para os quartéis e os Capitães de Abril, quando fizeram o 25 de Abril contavam, à priori, com a adesão precisamente dos

Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos  
Sessão Ordinária de 30 de novembro de 2023

oficiais milicianos e aí é que começou 25 de Abril, contrariamente ao que muita gente pensa. -----

- - Depois dá-se o 25 de Abril dia da liberdade e de expressão, mas depois também é preciso saber o que é ter doze de março em mil novecentos e setenta e cinco. Quem é que colocava bombas debaixo de viaturas militares, algumas dessas personagens hoje ainda estão vivas, e uma delas, pelo menos é militante do Chega. A pouca vergonha chega a isto. Depois criou-se o tal movimento de libertação de Portugal, não sei se estão recordados, com fugas para Espanha. Isto é inegável e isto também é história. -----

- - Depois segue-se o 25 de Novembro, e no 25 de Novembro também nuns tempos antes foi preparado e é preciso todos nós temos conhecimento quem é que esteve na Alameda da Fonte Luminosa, em Lisboa e quem é que esteve no Estádio das Antas onde estiveram milhares de pessoas. E quais é que foram os líderes políticos que na altura estiveram lá, muitos até estavam ausentes do país. Eu estive lá, na Fonte Luminosa. -----

- - Em relação ao voto de saudação e começamos pelos militares está-se a generalizar, porque dizem que são todos militares da região militar de Lisboa. Eu gostava de saber se vocês todos sabem, onde é que estava um senhor chamado Jaime Neves, quando foi no doze de Março, é que houve dois movimentos contrários, ou seja, houve que se dizia queria implantar uma nova ditadura, mas também havia os outros que queriam implantar uma ditadura de sinal contrário. Quando nós falamos nos militares, temos de nos lembrar que eram os tais militares moderados que se chamavam “grupo dos 9”, e eu não vi nestas comemorações da Câmara Municipal de Lisboa nenhum militar do “grupo dos 9”. Quem lá estava era o Ramalho Eanes, e era uma comemoração, pela primeira vez do 25 de Novembro na Câmara Municipal de Lisboa, estava lá a Senhora Procuradora-Geral da República, na primeira fila, estava lá um senhor com uma boina vermelha que nunca soube o que foi a Guerra Colonial, o Senhor Cavaco Silva talvez não tivesse porque estava a esposa à espera dele para ir jantar. O que está aqui em causa é isto, decorridos quase 50 anos do 25 de Abril só agora é que há esta febre e esta ânsia de querer comemorar o 25 de Novembro? Já passaram 50 anos, agora é que é bom comemorar o 25 de Novembro? Então nos anos que passaram? Há coisa que eu não quero, burrinho sou, parvo é que não, isto não aparece por acaso e mais, eu tenho muito respeito pelo General Ramalho Eanes, mas não vejo aqui votos de saudação a ninguém, só falam nos militares em geral, não é especificado o “grupo dos 9”. -----

- - Eu também sou daqueles que defendi e defendo o 25 de Novembro, mas isto é que está é inoportuno e há aqui toda uma carga de significado político.” -----

**Deliberação**-----

- - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, rejeitar o voto de saudação, sendo um votos contra da bancada da CDU, quinze votos contra da bancada do PS, uma abstenção

do Presidente da Junta de Freguesia de Cardosas e sete votos a favor (cinco da bancada do PSD, um da bancada do CDS e um da deputada independente).-----

**Declaração de voto da Presidente da Assembleia Municipal**-----

- - “Eu voto contra o voto de saudação dos quarenta e oito anos de 25 de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, apresentada pela deputada independente, pelas razões que passo a expor;-----

- - Eu gostaria de acreditar que a apresentação deste voto, nada mais é do que uma saudação à democracia, à liberdade e à importante união dos democratas. -----

- - Gostaria de acreditar que este voto nada mais é que uma saudação à democracia multipartidária e ao respeito comum pelos valores de Abril. -----

- - Gostaria de acreditar que este voto nada mais é que uma saudação à memória e à capacidade de superar dificuldades do povo português e não uma tentativa de desvalorização do 25 de Abril. -----

- - O 25 de Novembro é sim uma data importante, creio que o é para todos aqueles que se sentem democratas. -----

- - O 25 de Novembro deve ser recordado sim como socialista lembro, Mário Soares na liderança dos partidos democráticos para travar e derrotar o desvio totalitário do 25 de Novembro. -----

- - Sei da grande e injusto importância do dia e da indispensabilidade de o contar, sobretudo aos jovens, mas o dia que representa e representará sempre a liberdade e a democracia em Portugal é o 25 de Abril. -----

- - Nos quase 50 anos passados, milhares e milhares de gerações sucessivas de portugueses saíram às ruas para celebrar o Dia da Liberdade. Numa significativa é impressionante identificação popular genuína e pura sobre o valor político / social desse dia.-----

- - É necessário conhecer a história, o reconhecimento da nossa história fundamental. O 25 de Novembro não pode nem deve ser isolado do resto dos acontecimentos e só existiu, porque existiu o 25 de Abril.-----

- - É necessário conhecer todo o processo da ditadura, o que a foi ditadura portuguesa, as suas características, os seus momentos e particularidades. Conhecer o processo revolucionário que levou ao 25 de Abril e ao que se seguiu. Conhecer a história faz com que não se a utilize para objetivos políticos imediatos. A nossa história é grandiosa de mais para ser usada como aproveitamento político e o 25 de Novembro foi, com certeza um dia necessário, uma data singular que não pode ser explorada por algumas forças políticas para servirem os seus próprios interesses. -----

- - Saudemos o 25 de Abril, um dia inteiro e limpo na história de Portugal.”-----

**Deliberação extra ordem do dia** -----

Nos termos do n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado por unanimidade, introduzir os seguintes pontos como extra ordem do dia.-----

**PONTO 24 - REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE -  
DESIGNAÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA** -----

- - Presente e-mail do Gabinete de Apoio ao Executivo Municipal.-----
- - A bancada do PS indicou o nome do Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó, Pedro Mateus.-----
- - Após votação por voto secreto, foi aprovado por maioria, com um voto em branco e vinte e três a favor, designar o Presidente da Junta de Freguesia de Arranhó, Pedro Mateus para fazer parte da composição do Regimento do Conselho Municipal de Saúde.

**PONTO N.º 25 - 2.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO PALA - PROGRAMA DE APOIO LOCAL AO ARRENDAMENTO** -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 16 de outubro -----
- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----
- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----
  - - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a 2.ª alteração ao Regulamento PALA - Programa de Apoio Local ao Arrendamento. -----

**PONTO N.º 26 - 13.ª ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS** -----

- - Presente proposta apresentada na reunião de câmara de 16 de outubro -----
- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** -----
- - O Senhor Presidente fez uma breve explicação sobre o ponto. -----
  - - Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a 13.ª alteração à Tabela de Taxas do Município de Arruda dos Vinhos, com as devidas alterações que os serviços sugeriam. -

**Documentos para conhecimento** -----

**Carta de múnicipe – Campos Padel Urbanização Fonte do Ouro** -----

- - Presente ofício da múnicipe datado de 06 novembro de 2023 -----

**Plano de Atividade e Orçamento para 2024 - ANAM** -----

- - Presente documentos da Associação Nacional de Assembleias Municipais -----

**Encerramento** -----

- - Não se registando mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, era uma hora e cinco minutos do dia seguinte, para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa, Catarina Gertrudes Pulguinhas Gaspar e pela Coordenadora Técnica, Ana Isabel Amorim Mendes, que redigiu e subscreveu.-----

